

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na  
Comunidade

Débora Alexandra Fernandes Carvalho

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha,  
Professora Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na  
Comunidade

Débora Alexandra Fernandes Carvalho

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço Rocha,  
Professora Auxiliar, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2022



## **Agradecimentos**

À Professora Helena Rocha, pelos conhecimentos transmitidos, críticas construtivas, reflexões e pelas palavras motivadoras e disponibilidade durante esta etapa tão importante. Para além de minha orientadora, foi uma companheira que sempre me incentivou e ajudou a ir mais longe.

À Fundação, em especial aos Assistentes Sociais e aos jovens que participam no estudo e partilharam as suas experiências. Obrigada pela colaboração e pela experiência de crescimento pessoal e profissional que me proporcionaram. Foram histórias de vida e visões que me inspiraram ao longo do percurso da dissertação. Aos meus colegas de trabalho, que demonstram sempre expectativas altas em relação a mim e ao meu trabalho. Obrigada pelas conversas e o incentivo permanente.

Em especial, à minha família, por todo o apoio e motivação ao longo destes anos académicos, que nunca deixaram de acompanhar os meus sonhos e as minhas conquistas. Obrigada, do fundo do coração, por terem estado sempre do meu lado, por todo o vosso amor incondicional, e por me proporcionarem a continuidade dos meus estudos.

Aos amigos mais próximos que ouviram e ajudaram nos meus problemas, quando pensava que tudo iria correr mal. Em especial, à minha amiga Daniela Rento, que mesmo passando uma fase muito complicada da sua vida, sempre acreditou nas minhas capacidades e nunca desistiu de mim, mesmo quando eu quis desistir.

Ao meu namorado, por ter caminhado ao meu lado, pela sua paciência, compreensão, amor e companheirismo durante todo este longo percurso. Obrigada por ter ajudado a ultrapassar todos os obstáculos e dificuldades.

Aos meus colegas de turma do Mestrado, por todos os momentos que partilhamos juntos, desde a pressão dos trabalhos aos momentos de lazer antes e depois das aulas. Obrigada pelo vosso apoio, por todas as reflexões e por me terem acompanhado nesta etapa importante da minha vida.

Espero um dia poder retribuir-vos tudo o que me têm dado.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

## Resumo

A literatura para a “delinquência juvenil” não é consensual na definição sobre esta problemática, há tentativas de explicação, mas coloca-se o desafio de como podemos preveni-la e intervir na comunidade. Também, são escassos os estudos que procuram compreender o fenómeno desde o ponto de vista dos Assistentes Sociais (AS), que trabalham diretamente na comunidade e, igualmente da perspetiva de quem a vivencia e que é acompanhada pelos profissionais.

Assim esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar o contributo do Serviço Social (SS) na prevenção e intervenções na delinquência juvenil no trabalho comunitário e em termos metodológicos optou-se pelo método qualitativo, usado entrevistas semiestruturadas com base num guião.

As entrevistas foram realizadas e gravadas nos centros comunitários de uma Fundação portuguesa, nas zonas metropolitanas de Lisboa – Chelas, Olaias, Cascais e Almada.

Através da análise dos dados, conclui-se que uma intervenção precoce e eficaz nos fatores de risco (individuais, familiares, na escola, com pares e comunidade), poderá evitar a delinquência. O assistente social (AS), através de um trabalho multidisciplinar, poderá propor, criar e implementar programas e serviços ao nível comunitário para detetar desde cedo os fatores de risco e assim trabalhar com o jovem, sem se esquecer de englobar a família, a escola, as instituições locais e o bairro.

**Palavras-chave:** Delinquência Juvenil; Comportamentos Desviantes; Serviço Social; Intervenção em Comunidade



## **Abstract**

There is no consensual definition in the literature for "juvenile delinquency". There are attempts to explain this problem, and how we can prevent and intervene in the community. There are few studies that try to understand the phenomenon from the point of view of Social Workers, who work directly in the community; and from the point of view of those who experience it and are supported by the same center as the professionals.

Therefore, this master's dissertation aims to analyse the contribution of Social Work on intervening and preventing juvenile delinquency in community work. In methodological terms, this research is qualitative based on a semi-structured script.

The interviews were conducted and recorded in community centers of a Portuguese Foundation, in the metropolitan areas of Lisbon - Chelas, Olaias, Cascais and Almada.

With the data analysis, we conclude that an early and effective intervention in risk factors (individual, family, at school, with peers and community), may prevent delinquency. The Social Worker, through a multidisciplinary work, can propose, create and implement programs and services at the community level to detect early risk factors and thus work with the young person, not forgetting to include the family, school, local institutions and neighborhood.

**Keywords:** Juvenile Delinquency; Deviant Behavior; Social Work; Community Intervention.



## Índice

Índice de Anexos .....	vi
Índice de Tabelas .....	vii
Glossário de Siglas .....	ix
Introdução .....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico - Conceptual .....	3
1.1. O(s) conceito(s) de Delinquência Juvenil .....	3
1.2. Políticas e Leis na Europa e em Portugal .....	4
1.3. Fatores associados à Delinquência Juvenil .....	6
1.3.1. Fatores Individuais .....	6
1.3.2. Delinquência juvenil e Família .....	7
1.3.4. Delinquência juvenil e a Escola .....	9
1.3.5. Delinquência juvenil e os Grupos de Pares .....	10
1.3. Intervenção e Prevenção na Comunidade .....	12
Capítulo II – Método Científico .....	15
2.1. Campo Empírico .....	15
2.2. Objetivos Geral e Específicos .....	16
2.3. Universo e Amostra .....	16
2.4. Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados .....	16
2.5. Limitação do Estudo .....	17
2.6. Ética na investigação .....	18
Capítulo III – Análise e Discussão dos Resultados .....	19
1. Caracterização dos inquiridos .....	19
2. Perceção dos Assistentes Sociais .....	20
2. Perceção dos Jovens dos Bairros .....	34
Conclusões .....	47

## **Índice de Anexos**

Anexo A – Consentimentos Informados (Assistentes Sociais e Jovens) .....	59
Anexo B – Caracterização dos Assistentes Sociais Entrevistados .....	62
Anexo C – Guião de Entrevista: Assistentes Sociais.....	63
Anexo D – Guião de Entrevista: Jovens.....	65
Anexo E – Tabela de Categorias e Dimensões: Assistentes Sociais.....	67
Anexo F – Tabela de Categorias e Dimensões: Jovens.....	68

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Síntese dos tipos de Fatores de Risco na Delinquência Juvenil .....11

## **Glossário de Siglas**

AS – Assistente Social

SS – Serviço Social

LTE – Lei Tutelar Educativa

## **Introdução**

A investigação acerca da delinquência juvenil tem vindo a registar um aumento devido à sua pertinência relativamente à identificação das causas dos comportamentos delinquentes nos jovens e existindo estudos aprofundados possibilita-nos uma intervenção mais eficaz (Caridade, et al., 2019). Como nomenclatura a delinquência juvenil é a designação utilizada quando se fala em transgressão da lei realizada por crianças e adolescentes (Feijó & Assis, 2004), cuja idade se encontra abaixo do limiar da responsabilidade criminal, estando por isso ao abrigo de uma legislação específica (Martins, 2005; Carvalho, 2015).

A legislação portuguesa que protege estes jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, é a Lei Tutelar Educativa (LTE), aprovada pela Lei 166/99, de 14 de setembro cujo o principal objetivo é (re)educar para evitar que venham a enveredar por um caminho delincente (Nobre, 2008).

Sobre a prevenção na delinquência a chave para a prevenção é o foco nos fatores de risco (Wasserman et al., 2003), e é necessário cruzar esses fatores com os fatores protetores. A intervenção deverá ter em consideração o indivíduo, a família, a escola, os pares e fatores comunitários (Negreiros, 2001; Chazal, 1981).

Neste sentido a nossa pergunta de partida é: como é que se pode prevenir e intervir na delinquência juvenil, ao nível comunitário?

O objetivo geral é: analisar o contributo do Serviço Social na prevenção e intervenções na delinquência juvenil no trabalho comunitário; e os objetivos específicos são: analisar a prevenção e intervenção na delinquência juvenil através do trabalho comunitário e a partir de experiências de outros países europeus; sistematizar a influência dos fatores de risco na prática de comportamentos delinquentes dos jovens; compreender os efeitos da prevenção e intervenção nos jovens delinquentes, a partir da perceção dos profissionais; dar a conhecer os efeitos da prevenção e intervenção nos jovens delinquentes, a partir da perceção dos jovens dos bairros; contribuir para a prevenção e intervenções que se podem aplicar na delinquência juvenil na comunidade com o Serviço Social.

O processo de investigação orientou-se pelo paradigma interpretativo, com uma abordagem de natureza qualitativa/indutiva de pesquisa no terreno, utilizando entrevistas semi-directivas a assistentes sociais e jovens.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

O universo observável foram os centros comunitários de uma Fundação Portuguesa, dos quais selecionamos uma amostra não probabilística de 4 centros.

O presente trabalho estrutura-se em três capítulos, no capítulo I, apresentamos uma revisão da literatura focando o conceito de delinquência juvenil e quais são os fatores de risco associados à problemática, dado que se considerou importante entender como é que a política e legislação na Europa e em Portugal regulam e protegem as crianças e os jovens com este tipo de perfil, mas também, o que a literatura fala sobre a prevenção e a intervenção dos comportamentos desviantes, ao nível comunitário. O capítulo II debruça-se sobre o método científico desta investigação, descrevendo os instrumentos a que se recorreu para a recolha, tratamento e análise dos dados. No capítulo III foi feita a apresentação e discussão integrada dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas aos Assistentes Sociais (AS) que trabalham nos centros comunitários de uma Fundação Portuguesa, e aos jovens acompanhados por esses centros, finalizando com as respetivas conclusões e referências bibliográficas consultadas.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico - Conceptual

### 1.1. O(s) conceito(s) de Delinquência Juvenil

Delinquência juvenil é a designação utilizada para infrações praticadas por crianças e adolescentes (Feijó & Assis, 2004). Se definirmos o verbo delinquir, do latim *delinquere*, este significa cometer falta, delito ou errar (Harrati, Vavassori e Villerbu, 2006), mas também se refere à transgressão da lei de acordo com a visão da criminologia (Duarte-Fonseca, 2005; Petrosino et al., 2013), ou ainda ao facto de cometer delito em relação à sociedade, desrespeitando o que se estabeleceu naquela comunidade (Carvalho, 2015). Inclui “*atos proibidos pelo direito penal, como sendo roubos, furtos, violência, vandalismo, venda de drogas*” (Murray & Farrington, 2010, p. 634). Assim, o comportamento delinvente poderá ser explicado pela incapacidade de os jovens não se conseguirem ajustar às normas de comportamento socialmente aceitáveis numa determinada sociedade.

Em relação aos conceitos de delinquência juvenil, quando falamos num jovem delinvente, estamos a identificar um indivíduo que praticou uma ação que transgride regras, normas, hábitos ou costumes que são aceites numa determinada sociedade e que, em regra, sofrem uma condenação por parte dos tribunais (Negreiros, 2001; Murray & Farrington, 2010; Duarte, 2012).

Assim, a delinquência juvenil são todos os factos qualificados como crime, mas praticados durante a infância e a adolescência, que expressam a inadaptação do jovem à sociedade (Braga, & Gonçalves, 2013), sendo operacionalizada a partir das leis, das práticas e das crenças no que respeita ao comportamento das crianças e dos jovens.

Não há uma única teoria que explique o que é realmente a delinquência juvenil (Born 2005), as leis do desvio são impostas por uma sociedade, por isso, também é certo que o que a sociedade considera como normativo hoje, pode ser o desviante no futuro. Então, devemos ter em atenção a “*variabilidade da percepção de norma e de desvio de sociedade para sociedade, de época para época*” (Carvalho, 2005, p. 130). O ato considerado desviante só é assim reconhecido caso provoque uma reação social (Carvalho, 2005; Bazon et al., 2011). A norma e o desvio vão variando de forma contrária; isto é, fazem parte do mesmo problema social, pois para haver desvio significa que uma norma foi violada, da mesma forma que a existência de normas considera a probabilidade social de desvio (Becker, 2008).

Para uma melhor definição do termo delinquência juvenil, temos que abordar e compreender as políticas existentes na Europa e em Portugal e os fatores associados à delinquência juvenil.

### **1.2. Políticas e Leis na Europa e em Portugal**

No século XIX, a delinquência era vista

como um resultado da conflitualidade entre as condições de vida e a pressão social promovidas pela industrialização que conduzia à revolta das classes populares, sendo os atos delinquentes das crianças entendidos à luz das influências dos adultos, mormente a família (Digneffe, 1995).

Na Europa, no princípio do século passado, o sistema de proteção da justiça de menores considerava que os jovens delinquentes teriam que ser objeto de um tratamento especial.

A visão internacional sobre os direitos das crianças surgiu com um marco histórico: a assinatura da Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, a 20 de novembro de 1989. A Convenção dos Direitos da Criança, dispõe na alínea a) do art.º 37.º “*que nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes*”.

Existem um conjunto de regras para a administração da justiça, também conhecidas por Regras de Beijing<sup>1</sup>, onde se prevê, por exemplo, a circunstância dos jovens se encontrarem numa etapa de desenvolvimento crítico e de requererem atenção, traduzidas na necessidade da adequação das políticas penais e legislações. Nestas regras, no ponto referente à responsabilidade penal, estabelece-se que, nos sistemas jurídicos que reconheçam o conceito de responsabilidade penal para jovens, o seu começo não deverá fixar-se numa idade demasiado precoce, levando-se em conta as circunstâncias que acompanham a maturação emocional, mental e intelectual. Como objetivos da Justiça da Infância e da Juventude

o sistema de Justiça da Infância e da Juventude enfatizará o bem-estar do jovem e garantirá que qualquer decisão em relação aos jovens infratores será sempre proporcional às circunstâncias do infrator e da infração<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Jovens (Regras de Beijing) - Assembleia geral das nações unidas, 29 de novembro de 1985

<sup>2</sup> Regras de Beijing



## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Já os princípios orientadores de Riade constam da Resolução nº 45/112, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 14 de dezembro de 1990, agora denominados de Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, visam que os Estados membros apliquem medidas de prevenção da delinquência juvenil, no sentido de evitar a criminalização e penalização dos jovens, e assim, não causar danos no seu desenvolvimento. Neste contexto, uma das iniciativas consiste na promoção de oportunidades educativas, para satisfazer as diversas necessidades dos jovens e servir como enquadramento de apoio para a salvaguarda do desenvolvimento pessoal (Nobre, 2008).

Em Portugal, no ano 1998, é nomeada uma Comissão de Reforma da Legislação sobre o processo tutelar educativo e o regime especial aplicável a jovens adultos. Assim nasce a Lei Tutelar Educativa (LTE) aprovada pela Lei 166/99, de 14 de setembro, mas que entra em vigor a 1 de janeiro de 2001, e foi alterada no ano de 2015.

Atualmente, o Estado Português baseia-se em duas vertentes distintas de atuação com menores: a que remete para a justiça criminal, exercida através da Lei Tutelar Educativa (LTE) (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro); e a que promove a proteção dos menores, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Apesar de tudo, estas duas medidas têm um papel mais preventivo do que repressivo: querem principalmente proteger as crianças e os jovens de quaisquer atos de violência que possam ser cometidos contra eles, e (re)educando-os para evitar que venham a enveredar por um caminho delinvente (Nobre, 2008).

Para além destas duas vertentes, existe o Regime Especial para Jovens<sup>3</sup> e tem o seu âmbito de atuação com jovens em idades compreendidas entre os 16 e 21 anos. O seu objetivo é evitar que seja aplicada pena de prisão a jovens, até porque as medidas aplicadas são substitutas da pena de prisão.

Entende-se importante a Lei Tutelar Educativa, que surgiu em Portugal como forma de equilíbrio entre a necessária distinção que separa as crianças e jovens em perigo da justiça criminal dos menores que praticam factos qualificados na lei penal como crime. Tem o seu âmbito de atuação com menores entre os 12 e os 16 anos e que pratiquem atos tipificados como crime pela lei. O seu objetivo é a educação do menor para o direito, para que a sua inserção na sociedade seja feita de forma digna e responsável (art. 1º e 3º), com

---

<sup>3</sup> Lei n.º 401/82, de 23 de setembro

um papel preventivo e protetor desenvolvido pelo Estado como se encontra descrito no artigo 2º: *“as medidas tutelares educativas (...) visam, a educação do menor para o direito e sua inserção (...) na vida em comunidade”*.

Através destas legislações, o Estado está a atuar especificamente na prevenção de um tipo de criminalidade a curto prazo (delinquência), mas se forem devidamente acompanhados, estes jovens estão protegidos e integrados, evita-se o desvio e os comportamentos delinquentes e/ou as reincidências.

Para melhor compreendermos o que é a delinquência juvenil e quais são as possíveis causas, no ponto seguinte vamos apresentar quais são os fatores de risco que quando presentes num jovem, predizem um aumento da probabilidade de comportamentos delinquentes.

### **1.3. Fatores associados à Delinquência Juvenil**

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, a delinquência juvenil acarreta várias causas que justificam os comportamentos desviantes destes jovens, pelo que neste ponto iremos apresentar os fatores de risco que estão associados aos comportamentos desviantes dos jovens: os individuais, familiares, escolares e o grupo de pares.

#### **1.3.1. Fatores Individuais**

Quanto aos fatores individuais, estes muitas vezes, estão associados aos adolescentes que cometem um delito e há presença de problemas de comportamento. Quando falamos de fatores de risco individuais, referimo-nos às características genéticas, emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas do jovem (Pral, 2007). Como explica Shoemaker (cit. in Nardi e Dell’Aglia, 2010), o nível individual da delinquência juvenil é atribuída a certos fatores internos do indivíduo, como os fatores psicológicos e biológicos.

Acresce ainda que os baixos níveis académicos e o funcionamento intelectual, influenciam a assimilação de normas e regras, o que facilita o aparecimento da delinquência em adolescentes e jovens (Pral, 2007; Gallo e Williams, 2005). Winnicott (cit. in Pral 2007) na sua obra, diz que a baixa autoestima tem uma grande influência para o surgimento da delinquência, ou quando o jovem se sente excluído de certas oportunidades, essa condição pode também influenciar comportamentos delinquentes.

Já Farrington (cit. in Pral, 2007) considerou que o surgimento das emoções de raiva e frustração durante a infância aumentaria ou poderia diminuir o aparecimento de condutas delinquentes.

Sabe-se ainda que é na infância que se começa a reconhecer certas alterações no comportamento como, a perturbação de oposição e perturbações do comportamento. A primeira, perturbação, caracteriza-se por apresentar um padrão de comportamentos de cariz negativista, hostil e muito desafiante. Já as perturbações do comportamento apresentam um padrão de comportamentos repetitivo e persistente, no qual podemos encontrar a violação dos direitos básicos do outro (Bolsoni-Silva, 2003; Born, 2005; Pakes e Winstone, 2007).

Além das características apresentadas acima, podemos acrescentar a falta de atividades nos tempos livres, as fracas competências sociais, as dificuldades no relacionamento com os pares e a fraca conceção de soluções alternativas para os problemas comportamentais (Debarbieux e Blaya, 2002).

Como vimos, as características individuais podem influenciar os comportamentos desviantes, contudo, a família, a escola e os pares também poderão ser fatores de risco para a vida dos menores.

### **1.3.2. Delinquência juvenil e Família**

Os fatores familiares e a delinquência estão conectados desde que existe uma resposta da sociedade à delinquência juvenil (Ferreira, 1997), e para Hawkins e Weis (1985), a importância da família nos comportamentos delinquentes dos jovens está inserida numa perspetiva de desenvolvimento, em que o comportamento delincente é visto como o resultado de experiências desde o nascimento até á adolescência. Segundo Negreiros (2001:135), o tipo e a natureza das experiências familiares podem conduzir à formação de uma ligação em relação à delinquência juvenil.

Sabe-se que as disfunções familiares podem contribuir para a delinquência juvenil (Sousa Santos, 2004), por isso, num estudo realizado em Cambridge (Farrington, 2003), refere-se que a história criminal familiar, a pobreza familiar, isto é, o baixo rendimento familiar, famílias numerosas e as condições de habitação degradantes, a disciplina rígida e/ou autoritária, a fraca supervisão, o conflito parental e a separação dos pais são as causas que podem levar à delinquência juvenil.

Além disso, as crianças e jovens que foram expostos a conflitos conjugais (Grych & Finchman, 1990), a agressão física entre cônjuges e os desacordos sobre a educação dos filhos (Jouriles et al, 2001) levam a problemas comportamentais, e podem contribuir nos jovens para um estilo negativo na gestão de conflitos e nos padrões de interação social (Webster-Stratton & Hammond, 1999).

Sobre a desestruturação familiar, Ferreira (1997) afirma que família destruída já não é mais capaz de controlar e supervisionar o comportamento dos mais novos e, desta forma, ter-se-ia um aumento da probabilidade de comportamentos delinquentes. Refere também que a influência familiar se realiza perante três patamares: “*a supervisão familiar, a identificação com os pais e a comunicação íntima*” (Ferreira, 1997, pp. 913-924). Portanto, para o autor, a família tem um papel importante na vida de um jovem e é um elemento protetor na medida que, quanto maior a supervisão dos pais e a comunicação, a probabilidade é menor destes jovens envolverem-se em condutas criminais (Ferreira, 1997).

Nos estudos de Sheldon e Glueck (cit. in Born, 2005), a ausência do pai é mais comum em famílias com jovens de caráter desviante, e Carrillo (2000) sugere que nas famílias monoparentais porque não existe, obviamente, a divisão de papéis, a mãe, normalmente, por ter uma carga maior de responsabilidade perante os filhos acaba por não ter o tempo necessário para os acompanhar. Outro fator determinante em relação à estrutura familiar é o tamanho da família. Uma família numerosa está associada à delinquência juvenil, pois este tipo de família apresenta menos recursos económicos, uma fraca supervisão parental e de vinculação afetiva e ainda o envolvimento dos irmãos em comportamentos delinquentes, visto existir um processo de *coping* entre os irmãos (Martins, 2005).

De acordo com Carrillo (2000), a agressividade dos pais também tem grande influência nos comportamentos dos filhos, sendo que estes assimilam esta prática e tornam-se igualmente agressivas. A violência no seio familiar funciona aqui como um grande propulsor do comportamento delinvente de jovens e implica ainda diversos outros riscos secundários como o abuso de substâncias, por exemplo (Pral, 2007).

Há vários argumentos, sobretudo estudos antigos, que contradizem o que foi acima referido, dizendo que as causas da delinquência juvenil são genéticas. Um dos argumentos é o das semelhanças familiares e transmissão intergeracional e que os pais com cadastro têm uma probabilidade relativamente elevada de terem filhos criminosos (Farrington,

Gunfry & West, 1975; Glueck & Glueck 1950; McCord, 1977; 1991; Osbord & West, 1979; Robins, 1966; Rowe & Farrington, 1997). Outro argumento é as continuidades no mau comportamento, isto é, continuidade entre o comportamento antissocial observado na infância e a criminalidade na vida adulta, explicando-se que existe uma continuidade entre a agressão da criança aos 6 anos e a agressão aos seus filhos 20 anos mais tarde (Farrington, 1987; Mednick, 1977; Moffitt, 1994; Moffitt & Silva, 1988; Satterfield, 1987; Siddle, 1977; Wadsworth, 1976).

É possível dizer que a literatura procura identificar quais são as características familiares que estão associadas aos comportamentos desviantes nos jovens. Porém, é necessário verificarmos quais são os fatores de risco que o meio escolar poderá trazer-lhes.

#### **1.3.4. Delinquência juvenil e a Escola**

No caso de jovens delinquentes é comum verificar-se a existência de problemas em meio escolar (desrespeito aos colegas/professores, danos materiais, faltar as aulas etc.), podendo mesmo por vezes, haver abandono escolar. Shoemaker (1990) conclui que o abandono escolar é *“uma solução para os problemas da escola e para a redução da delinquência, em vez de um ponto de partida para a carreira delinquente”* (Shoemaker, 1990, p. 120). O autor explica que o que conduz à desistência é a baixa autoestima, habilitações académicas reduzidas, sentido de alienação e de isolamento.

A desistência escolar acaba por ser um *“alívio’ (...) sendo acompanhada em alguns casos, por uma redução de delinquência”* (Ferreira, 1999, p.120). Ambos os autores enfatizam a problemática da autoestima, pois é ela que acaba por traduzir todo o percurso escolar. São as ameaças que irão perpetuar contra o sistema que vai permitir ao jovem *“aceder a autonomia (...) e rejeitar a definição implícita que a escola faz deles, de crianças imaturas que necessitam de que lhes seja dita o que devem fazer”* (Ferreira, 1999, p. 121).

Portanto, dentro do ambiente escolar existem diversos fatores de risco que contribuem para a prática de comportamentos antissociais ou até mesmo delinquentes, como por exemplo: o fraco desempenho escolar, um reduzido envolvimento com as atividades proporcionadas pela escola; a fraca relação de proximidade com os professores; o comportamento desobediente e ainda o absentismo escolar; a própria

associação a pares desviantes; e o tamanho e estrutura da escola ou turmas que impede a monitorização (Velez, 2010; Ferreira, 1997).

Se os jovens com uma adaptação difícil ao meio escolar, entrarem no mundo da delinquência, têm tendência a criar laços de amizade com indivíduos que tenham o mesmo perfil. Assim, vamos analisar no seguinte ponto, como o grupo de pares pode influenciar na tomada de comportamentos delinquentes.

### **1.3.5. Delinquência juvenil e os Grupos de Pares**

O grupo centra-se na história de vida dos jovens, nos problemas e nos interesses pessoais, pois “*constitui o espelho da sua própria identidade*” (Pais, 1993, p. 94). Além disto, muitas vezes partilham também os bairros de residência, a precariedade das habitações, o facto de não terem supervisão parental e terem fracos recursos económicos.

Os amigos ocupam muitas vezes o lugar dos progenitores, sentindo que podem desabafar e procurar ajuda por passarem muito tempo com eles (Pais, 1993, p. 94). Esse tempo é normalmente passado na escola ou na rua e é onde constroem formas de coesão social grupal, acentuam as características sociais, constroem no fundo a sua própria cultura. Ferreira caracteriza este fenómeno como “*suporte coletivo ao desenvolvimento de identidades que não se estruturam em torno do mundo convencional da adolescência*” (Ferreira, 1997, p. 923).

E quando não existe uma coesão grupal, isto é, quando um jovem não integra um grupo de amigos e simultaneamente é rejeitado pela família, acaba por rejeitar a escola e encontrar em indivíduos similares um grupo de apoio, começando a ocorrer a partilha de tarefas e atividades que se caracterizam com frequência em comportamentos delinquentes e pela prática da pequena criminalidade, como assaltos, furtos, prostituição, ou venda de drogas (Farrington, 2007; Brazão, et al., 2009; Casaca, 2009).

O que têm em comum o não delinquente e o delinquente são, a procura de pares com base em características semelhantes, envolvendo-se mais tarde em atividades convencionais ou não convencionais. A diferença é que no grupo com membros não delinquentes cada indivíduo tem o direito à sua identidade, podendo ou não aceitar as ideias grupais, já no grupo delinquente considerado por “gangue”, o jovem “*é quase completamente controlado pela força de opinião do grupo*” (Thrasher cit. in Ferreira, 1999, p. 282), e “*um membro que se recusa a realizar ações delinquentes deve esperar a expulsão do grupo*” (Cloward cit. in Matza, 1992, p. 39).

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Trillo (2011) salienta também a importância da “pressão do grupo” para explicar a adoção de condutas desviantes juntamente com o grupo de pares. O autor sugere ainda existir uma “correlação positiva” entre a pressão do grupo de pares associada à aceitação do adolescente, o comportamento delituoso e ainda o consumo de substâncias (Trillo, 2011). Se por um lado a associação a grupos de risco leva a um aumento da prática e frequência da delinquência entre jovens, estudos demonstram que a rejeição na infância pelos grupos de pares também é um fator de risco para a adoção de comportamentos antissociais. Este tipo de rejeição leva a que a criança tenha poucas interações sociais positivas, associado ao isolamento da criança e desta forma tende a associar-se a grupos desviantes (Wasserman et.al., 2003).

Para concluirmos o que foi abordado, elaborou-se uma tabela com uma síntese dos fatores de risco na delinquência juvenil.

Tabela 1 – Síntese dos tipos de Fatores de Risco na Delinquência Juvenil

<b>Individuais</b>	Agressividade
	Falta de competências verbais
	Hiperatividade
	Fraca vinculação com os cuidadores
	Desenvolvimento cognitivo baixo
	Ausência de atividades tempos-livres estruturadas
	Agitação e necessidade de correr riscos
	Iniciação precoce de comportamento violento e antissocial
<b>Família</b>	Falta de supervisão
	História de violência (maltratos, abuso físico e negligência)
	Conflitos familiares
	Estrutura familiar numerosa
	Vinculação fraca para com o jovem
	Rutura de relação conjugal / com membros da família
	Pobreza
	Acesso a armas e a drogas
	Residência em bairros com altos níveis de criminalidade
<b>Escola</b>	Fraco desempenho escolar
	Baixo comprometimento com a escola
	Absentismo e abandono escolar
	Fraca relação professor-aluno
	Fraca vinculação ao meio escolar
	Baixas expectativas de sucesso
<b>Pares</b>	Falta de atratividade ao plano de estudos
	Associação a gangues
	Associação a pares desviantes
	Rejeição por parte dos grupos de pares
	Normas e valores que apoiam o comportamento desviante

Fonte: Adaptado de Shoemaker, 1990; Carrillo, 2000; Catchpole, & Gretton, 2003; Loeber, et al., 2003; Wasserman, et al., 2003; Farrington, 2006; Brazão, et al., 2009

Através do estado de arte identificam-se uma variedade de fatores associados à delinquência e estão agrupados em grandes áreas, nomeadamente: as características individuais, os contextuais, isto é, família, escola e pares, mas também na comunidade. Por isso, o próximo ponto aborda a prevenção e intervenção na comunidade.

### **1.3. Intervenção e Prevenção na Comunidade**

No âmbito da justiça juvenil, a preocupação com a prevenção impõe-se e a importância de combater os comportamentos desviantes é fulcral. As Nações Unidas têm tido um papel importante neste campo, demonstrando um empenho sobre os direitos das crianças e jovens e à intervenção relativamente à justiça e delinquência juvenil. Nos Princípios de Riade (1990) fundamentam que a prevenção da delinquência juvenil é uma parte essencial da prevenção do crime na sociedade, focando-se numa prevenção que garanta a participação de todos os cidadãos e a adoção de uma abordagem voltada para a criança e para o jovem. Explicam que a intervenção é centrada em três eixos: a prevenção, a intervenção educativa na comunidade e a integração profissional.

Para Lab (2013) a prevenção da delinquência juvenil integra ações formais e informais, individuais e coletivas, públicas e privadas, e que são desenhadas para reduzir os níveis de delinquência.

Relativamente à prevenção, existem três tipos (Farrington, 2002; Lab, 2013): a prevenção primária, que envolve medidas orientadas para toda a comunidade com o objetivo de evitar o aparecimento de comportamentos delinquentes; a prevenção secundária, cujo foco da intervenção são as crianças e jovens que estão em risco de delinquir, dada a presença de um ou mais fatores de risco e/ou perigo; e a prevenção terciária, que envolve medidas orientadas para os/as infratores/as, que se encontram a cumprir medidas socioeducativas.

De acordo com Wasserman et al. (2003), a chave para a prevenção da delinquência é foco nos fatores de risco. Cruzar os fatores de risco com os fatores protetores é fundamental na prevenção da delinquência juvenil, dado que devem ser aplicadas lógicas interpessoais, interinstitucionais e intersectoriais, como está plasmado nos princípios de Riade (1990)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade)



## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Contudo Negreiros (2001) explica que os comportamentos delinquentes variam na intensidade, na frequência e no desenvolvimento dos jovens, portanto, a intervenção neste tipo de problema social caracteriza-se por ser complexo e existem dificuldades em definir como podemos prevenir e intervir. Atualmente, os programas interventivos e preventivos só se centram nas principais causas da delinquência e só se focam nos jovens com alto risco para a delinquência, esquecendo que podem prevenir e intervir na fase precoce (Negreiros, 2001; Chazal, 1981).

Assim, através de intervenções precoces eficazes estes jovens serão menos propensos a ter comportamentos desviantes na infância e adolescência. Para lidar com métodos eficazes de prevenção de comportamentos desviantes, a intervenção deverá considerar, como já referido, o indivíduo, a família, a escola, os pares e fatores comunitários (Negreiros, 2001; Chazal, 1981).

Na comunidade, Farrington (2006) entende que os programas baseados nos riscos individuais e familiares poderão ser aplicados através do desenvolvimento de competências, educação parental, programas pré-escolares e ainda, uma combinação de todos eles em simultâneo. Portanto, é necessário aplicar na comunidade um programa de prevenção e intervenção multi-sistémica (Henggeler, 1996). A prevenção e a intervenção da criminalidade comunitária refere-se a intervenções concebidas para mudar ou alterar as condições sociais, a rede de trabalho entre instituições locais e as relações que influenciam os grupos na comunidade (Hawkins & Weis, 1980), o objetivo é que se consiga mobilizar os recursos da comunidade para diminuir os fatores de risco e proporcionar um ambiente comunitário conducente ao desenvolvimento dos jovens sem comportamentos desviantes (Hawkins & Weis, 1980).

De referir que quando falamos em intervenção comunitária, a entendemos com equipas multidisciplinares e a colaboração de vários técnicos tais como, serviço social, criminologia, psicologia, vitimologia, direito, sociologia, educação e outros.



## **Capítulo II – Método Científico**

Considera-se método científico um conjunto de regras durante a investigação que nos permite a obtenção de conhecimento às nossas indagações (Marconi & Lakatos, 2017).

Nesse sentido configura-se a investigação através de um processo de interação, deliberativo, com um esquema coerente de construtos, categorias e dados, racionalmente articulados e analisados como recomendam os padrões de fiabilidade (Yin, 2001).

Para esta dissertação optou-se por um paradigma interpretativista, de natureza qualitativa/indutiva, (Yin, 2001) com uma metodologia de estudo de caso, que segundo Yin (2001) é uma abordagem de investigação, adequada quando se pretende compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais se encontram envolvidos vários fatores. Os casos podem ser indivíduos, grupos, organizações ou comunidades passíveis de estudo. A investigação com um ou poucos elementos a ser analisados, sem utilização de controles ou manipulação, com foco em um fenómeno contemporâneo e os resultados dependem da capacidade de integração do investigador (Benbasat et al.,1987). O carácter irrepitível, associado à imprevisibilidade e invisibilidade dos factos a estudar, trouxe um grau de dificuldade que se foi tentando ultrapassar em todo o processo, como se poderá ler nas limitações do estudo.

### **2.1. Campo Empírico**

O objeto de estudo é a prática do Serviço Social na prevenção e intervenção do trabalho comunitário na área da delinquência juvenil.

Para a realização desta pesquisa, ao nível do campo empírico, optou-se por uma Fundação Portuguesa com Centros Comunitários em território nacional.

A escolha deveu-se ao facto de se pretender captar experiências, idealizações e representações da realidade, valorizando o papel dos sujeitos na produção de sentido à investigação interpretativa ao dar-nos a compreensão do significado atribuído pelos sujeitos aos acontecimentos que lhes dizem respeito e aos “comportamentos” que manifestam, que são definidos em termos de “ações” (Lessard-Hébert 1990: 175), tendo em vista recolher e analisar os significados que pertencem à dimensão subjetiva da ação.

## **2.2. Objetivos Geral e Específicos**

Iniciando com a pergunta de partida: Como é que se pode prevenir e intervir na delinquência juvenil, ao nível comunitário? Elaboraram-se os objetivos de pesquisa com vista à sua resposta sendo o objetivo geral: analisar o contributo do Serviço Social na prevenção e intervenções na delinquência juvenil através do trabalho comunitário, e os objetivos específicos são:

- analisar a prevenção e intervenção na delinquência juvenil através do trabalho comunitário e a partir de experiências de outros países europeus;
- sistematizar a influência dos fatores de risco na prática de comportamentos delinquentes dos jovens;
- compreender os efeitos da prevenção e intervenção nos jovens delinquentes, a partir da perceção dos profissionais;
- conhecer os efeitos da prevenção e intervenção nos jovens delinquentes, a partir da perceção dos jovens dos bairros;
- contribuir para a prevenção e intervenções que se podem aplicar na delinquência juvenil na comunidade com o Serviço Social.

## **2.3. Universo e Amostra**

O Universo são as instituições que fazem trabalho comunitário com assistentes sociais nas equipas, com experiência ao nível comunitário e que trabalham diretamente nos bairros sociais. A amostra selecionada foi não probabilística, por acessibilidade e tipicidade, em que os elementos da pesquisa são representativos da população-alvo (Vergara, 1997). Esta opção foi baseada na rede de relacionamentos da investigadora e por estar profissionalmente a exercer num dos centros o que também permitiu uma maior proximidade aos sujeitos e escolheram-se 4 Centros Comunitário de uma Fundação Portuguesa que têm intervenção comunitária e estão inseridos em bairros sociais na zona metropolitana de Lisboa: Chelas, Olaias, Cascais e Almada.

## **2.4. Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados**

Para a recolha dos dados, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em que se utilizou a literatura disponível, livros, artigos académicos em revistas especializadas, jornais, teses e dissertações que abordam o tema e optou-se pela entrevista semiestruturada por permitir

a fluidez, pontos e percepções que cada entrevistado expressa (Manzini, 1991). Este tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização (Manzini, 1991). As entrevistas foram aplicadas a assistentes sociais (AS) nos centros comunitários e aos jovens que estavam a ser acompanhados nestes Centros.

Realizaram-se 10 entrevistas, sendo que 6 a profissionais de Serviço Social e 4 a jovens acompanhados pelos Centro Comunitários da Fundação. Aos profissionais as entrevistas demoraram cerca de 45 minutos e aos jovens entre 30 e 40 minutos. Das 6 entrevistas aos AS, 5 foram em formato online através da plataforma Zoom, já aos jovens, foram todas presenciais. No primeiro contacto fizeram-se as apresentações, explicou-se para que fim seria a entrevista e salvaguardou-se a questão de anonimato a partir do momento que fosse ligado o gravador/gravação do Zoom. Os dados foram recolhidos ao longo de 1 mês e meio (entre abril e maio de 2022), todas as entrevistas foram transcritas de forma integral, anonimizadas e categorizadas.

Por último, a técnica de análise dos dados utilizada foi a análise de conteúdo categorial, para tentar construir conhecimento através do “discurso” dos entrevistados, Coutinho considera-a

um conjunto de técnicas que permitem analisar de forma sistemática um corpo de material textual, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitem uma comparação posterior. (...) A ideia básica é a de que signos/símbolos/palavras – as unidades de análise -, podem organizar-se em categorias conceptuais, e essas categorias podem representar aspetos de uma teoria que se pretende testar (Coutinho, 2015, p.217).

Neste estudo pretende-se descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito, assim, os dados foram analisados através de uma tabela de análise categorial e entendeu-se não usar nenhum software de análise dados visto o número de entrevistas ser só dez (6+4).

## **2.5. Limitação do Estudo**

As limitações sentidas pela investigadora ao longo da pesquisa foram principalmente o número de entrevistas que inicialmente estavam previstas e que seriam 2 AS por cada Centro (4 centros, 8 entrevistas), e só se conseguiram 6 entrevistas porque num dos centros a AS não respondeu e noutra havia conflito de interesses com 1 das AS. Quanto

aos jovens, pretendiam-se 8 entrevistas e só se conseguiu 4, porque houve Centros que explicaram, que não acompanham jovens com comportamentos desviantes e não conhecem bem os casos sociais. No total, seriam 16 entrevistas, mas só foi possível realizar 10 entrevistas.

O facto de estar a trabalhar nesta área, se por um lado podia ser uma limitação na análise dos dados, por outro permitiu perceber as dificuldades e desafios apresentadas pelos AS, ainda assim procurou-se ser o mais isenta possível na interpretação das pessoais respostas.

De modo geral, não houve dificuldades e limitações que pusessem a continuidade do estudo em causa, sendo que a resposta da Direção da Fundação para realizar o estudo foi bastante rápida e nunca ocorreram complicações ao longo da aplicação das entrevistas. No entanto, houve uma demora significativa por parte dos encarregados de educação para terem disponibilidade de se deslocarem-se ao centro e assinar o consentimento.

## **2.6. Ética na investigação**

Esta investigação cumpre com os padrões éticos na investigação realizada no universo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), e surge no quadro geral da missão e das atribuições da Comissão de Ética do Iscte (Despacho n.º 7095/2011; Diário da República, 2.ª série — N.º 90 — 10/06/2011), mantendo o anonimato, sigilo e sendo os dados guardados em disco rígido durante 5 anos, com os requisitos exigidos para a proteção de dados.

Antes de começar as entrevistas, foi entregue um consentimento informado aos assistentes sociais e aos representantes legais dos jovens (pois são menores de idade). Explicou-se que participação no estudo é estritamente voluntária, anónima e confidencial e que poderiam desistir a qualquer momento (ver Anexo A). (Código Conduta Ética na Investigação ISCTE, 2011, & RGPD – Lei 59/2019). Foi respeitada toda a autodeterminação dos participantes, assim como, todas as medidas para minimizar riscos para a saúde e bem-estar físico e psicológico.

Em todo o processo de investigação foi assegurado toda a veracidade no que diz respeito aos procedimentos dos dados, dos resultados e das interpretações e de eventuais implicações, com fiabilidade e rigor reportando os resultados de uma forma íntegra e imparcial.

## Capítulo III – Análise e Discussão dos Resultados

### 1. Caracterização dos inquiridos

Iniciamos com a caracterização dos AS, das 6 entrevistas realizadas, 4 profissionais são do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 28 e os 60 anos. O intervalo de anos em que se formaram é entre 1985 e 2016, em diversas universidades desde Lisboa e Alentejo, passando pelo Antigo Instituto de Serviço Social de Lisboa (atualmente na Universidade Lusíada de Lisboa) até a Universidade Católica de Salvador, no Brasil (Anexo B).

Relativamente aos anos em que estão a exercer a sua profissão nos Centros, a AS com mais anos de serviço tinha 26 anos de experiência e a com menor tempo foi 3 anos. A maioria iniciou a sua carreira na Fundação, e foi aí que tiveram o primeiro contacto com a intervenção comunitária o que significa que têm experiência profissional a nível comunitário entre 26 a 3 anos. Coincidentemente, os entrevistados com menos anos de experiência também tiveram a sua primeira experiência profissional de intervenção comunitária nestes centros (ver Anexo B).

As áreas de intervenção em que trabalharam além da intervenção comunitária, foram: Saúde, Educação e Crianças e Jovens em risco institucionalizados (Anexo B).

Em relação à caracterização dos jovens, as idades são 12 anos, 14 anos e 16 anos, o que permitiu ter diferentes perceções relativamente à idade. Dos 4 jovens, são 3 do sexo masculino e 1 do sexo feminino, percebeu-se que há poucas raparigas acompanhadas nestes centros. Todos os entrevistados residem na freguesia de Marvila, em bairros sociais, e vivem lá desde que nasceram.

É possível saber que todos frequentam a escola, estando no 5º (jovem com 12 anos) 8º ano (jovem com 14 anos), e 10º e 11º anos (jovens com 16 anos). Já as atividades após as aulas, isto é, os seus hobbies, 3 jovens entrevistados praticam desportos – atletismo e boxe. Estes jovens praticaram crimes à integridade física, inclusive na escola e 3 dos jovens encontram-se em processos de inquéritos no Ministério Público.

## **2. Perceção dos Assistentes Sociais**

As entrevistas aos AS foram feitas com um guião pré-elaborado (ver Anexo C) e foram analisadas 5 categorias, decompostas em 14 subcategorias e que serão discutidas nos pontos seguintes (Anexo E).

### **1.1. Intervenção nos Centros**

Na categoria intervenção nos centros comunitários, entendemos analisar 2 subcategorias: desafios na intervenção e mudanças necessárias à intervenção (Anexo E).

#### **Desafios na intervenção**

Segundo os profissionais, os desafios que diariamente enfrentam e impendem que façam uma intervenção rápida e eficaz são os desafios institucionais, isto é, o trabalho burocrático ocupa muito tempo e não conseguem acompanhar as famílias como gostariam. Para além deste desafio, muitas vezes, não têm respostas para todas as necessidades e os serviços que se encontram à disposição nos centros não são suficientes para fazer face às necessidades e aos problemas sociais com que se deparam atualmente.

o Serviço Social tem de dar respostas a pessoas em situação de exclusão social e não temos muitas respostas... é tentar apagar um fogo com uma gota de água (AS5).

Aos profissionais é requerido uma capacidade de ação e competências para a resolução dos problemas sociais rapidamente e com menos recursos, mas não pode deixar de colocar em causa a eficiência das políticas sociais, dos serviços das instituições e da intervenção do Serviço Social (Carvalho et al., 2015).

Para reforçar o que foi acima descrito, ao nível da Fundação, um outro problema que leva a que os profissionais não sejam mais eficazes a dar respostas é porque a Fundação não acompanha de perto o trabalho realizado pelos técnicos, isto é, não sabem as dificuldades que os AS enfrentam diariamente para ajudar os seus beneficiários e para encontrar soluções com os serviços e recursos que são disponibilizados.

deviam estar mais por dentro do nosso trabalho porque nós trabalhamos diretamente com as pessoas e nós é que temos mais uma palavra a dizer sobre a pessoa e sobre o caso (AS5).



## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Nas estratégias para ultrapassar estes desafios, a maioria dos profissionais responde, realçando a importância de criar um clima de confiança com todos os beneficiários para que o foco seja

manter a resiliência e querer lutar sempre pelas pessoas (...) é querer que as pessoas estejam sempre bem, que estejam a mudar as condições da vida delas (AS1).

Com esta postura de tentar ultrapassar os obstáculos e dificuldades que existem na intervenção, os profissionais de Serviço Social devem alcançar esta empatia profissional de envolver-se com o utente, estabelecer uma relação de reciprocidade e de ajuda com o indivíduo e tratá-lo particularmente, ou seja, cada pessoa tem a sua individualidade (todos têm as suas particularidades e especificidades) (Lopes, 2015). A reforçar, Howe (2009, p.195) explica que

a pessoa necessita de sentir-se compreendida, tem de haver uma procura de sentido, e com ele vem o controlo, a recuperação da esperança, a construção da resiliência e a capacidade para lidar com a situação.

Abordado sobre os desafios, é importante passarmos às mudanças necessárias que os centros comunitários e o próprio Serviço Social necessita.

### **Mudanças necessárias na intervenção**

Sobre as mudanças necessárias, todos os AS referiram problemas que encontram diariamente na intervenção e quais as mudanças que gostariam que fossem feitas. Queixam-se muito da parte burocrática e assistencialista, mas também da falta de mais respostas nos centros, o que leva a desafios na intervenção, como já abordado na subcategoria anterior. Relativamente à burocracia, referem que ocupa imenso tempo do horário laboral, pois fazem a gestão de várias campanhas de solidariedade (cabazes de Natal, Banco Alimentar e mochilas/material escolar) e como têm imensos casos a cargo de um só profissional, acaba por prejudicar o acompanhamento das famílias.

eu acho que temos muitos casos, é quase impossível realizarmos um excelente trabalho com imensos casos (...) o problema que dificulta o trabalho do Serviço Social é mesmo a parte burocrática (AS3).

Para além desta gestão, reconhecem o seu trabalho perante a comunidade como assistencialista, ou seja, o trabalho dos AS nos centros comunitários baseia-se maioritariamente em dar coisas às pessoas (comida, roupa e material escolar) e torna-se muito desmotivante, subvertendo o objetivo da intervenção do Serviço Social.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

sinceramente nós não estudamos para isso...e é um trabalho que não precisam de nós para executar (...) Isto do assistencialista torna-se desmotivante no trabalho comunitário (AS2).

Por isso, reforçam que necessitam de um departamento e/ou um serviço que esteja destinado à distribuição e encaminhamentos para alimentação, roupa ou outros bens essenciais, com outro tipo de profissional, para que os profissionais de Serviço Social estejam focados no acompanhamento das famílias.

deveria haver, não digo um departamento, mas um serviço que nós encaminhamos essas pessoas e depois eram acompanhados por outras pessoas, não necessariamente um AS (AS2).

Passando para a falta de respostas sociais nos centros, explicam que é preciso mais respostas individualizadas, porque tudo o que existe nos centros são respostas para os problemas sociais mais comuns (carência financeira, desemprego, problemas de saúde mental, etc). Reconhecem que alguns beneficiários necessitavam de um acompanhamento que os Centros não proporcionam.

damos respostas boas, mas são universais e não são respostas para um determinado problema, são os almoços, são o apoio psicológico, o roupeiro...não existe uma resposta individual para cada pessoa... (AS4).

A percepção que nos fica é que mais uma vez o trabalho burocrático e o cariz assistencialista da intervenção se vão perpetuando e retirando margem de autonomia e capacidade de inovação para outro tipo de intervenção nestes centros.

### **1.2. Contributos do AS e do SS na Intervenção Comunitária**

Sobre o contributo do AS e do SS, temos 2 subcategorias de análise: a importância da relação teoria e prática e os desafios do Serviço Social na atualidade (Anexo E).

#### **A importância da relação teoria e prática**

Ao falarmos de SS, referimos sempre a importância que a teoria tem para a aplicarmos na prática, mas é com a prática que aprendemos o que é ser AS. Como sabemos, o SS é conhecido por ser uma disciplina de conhecimento científico, inserida no campo das ciências sociais, mas também é uma disciplina profissional destinada a intervir na realidade, para dar respostas às necessidades humanas e sociais da população (Pena, 2012).

Os entrevistados referem que o SS difere das outras áreas profissionais, seja na teoria ou na prática, referindo que:

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

o SS tem uma visão mais abrangente e consegue tocar nos vários domínios ao longo do seu trabalho (AS1).

Ao ter esta “visão mais abrangente” que é transmitida através da formação, contribui aos AS um conhecimento teórico interdisciplinar, e isso leva à criação de um saber operacional que melhora o nosso conhecimento teórico na ação (Granja & Queiroz, 2011). Também Stepney & Evans (2000) referem a “prática-teórica” como um aspeto central e fulcral da profissão de AS.

Assim, existe um grande impacto da nossa formação na nossa prática profissional ao nível comunitário, sendo que esta intervenção pressupõe uma formação que produza uma componente reflexiva e analítica, a interação permanente entre a teoria, a realidade social e a prática profissional (Pena, 2012).

A parte teórica da formação é importante para a intervenção...a parte da política, do direito, da psicologia, mas é com a prática que nós vamos aplicar o nosso conhecimento (AS4).

Neste sentido, para intervir na realidade social atual, o AS precisa ter conhecimento atualizado e para isso terá que investigar, analisar, refletir e colocar a prática numa ótica de interdisciplinaridade (Ferreira, 2014).

### **Desafios do Serviço Social na atualidade**

Relativamente aos desafios que o Serviço Social enfrenta, os entrevistados descrevem que existem desafios diários – há muitos problemas sociais para poucas respostas ao nível social na comunidade:

nós trabalhando num centro comunitário trabalhamos com todo o tipo de população com problemas diferentes, vítimas de violência doméstica, sem-abrigo ou toxicodependentes, ou pessoas com problemas de saúde mental, portanto tudo isso é um desafio consoante a família que é, a pessoa que é, o problema que tem (AS6).

Novamente, a Covid-19 veio influenciar as famílias, mas também aumentar os problemas sociais existentes em Portugal (Cardoso, et al., 2020) dificultando a intervenção e na concretização de novas respostas.

a covid e como tudo influenciou as famílias, desemprego, as formas de estar, toda a problemática psicológica...(AS4).

A pandemia agravou os problemas sociais, durante e pós-pandemia, seja ao nível micro (individual), meso (organizações e redes) e macro (sociedade politicamente

organizada) (Carmo, 2021). Os entrevistados referem que as famílias, o emprego e a saúde mental foram prejudicadas com a pandemia, e reforçam o estudo de Cardoso et al. (2020) que nos alerta para o agravamento da pobreza e situações de precariedade económica, aumento de situações de violência intrafamiliar e criminalidade, desemprego e problemas de saúde em geral e saúde mental.

A Covid-19, levou a que existissem mais dificuldades ao nível dos recursos, seja financeiro e humano e segundo o mesmo estudo (Cardoso et al.,2020), estes obstáculos são sentidos no setor público não lucrativo, que neste caso é, onde se enquadram estes profissionais. O agravamento e o aumento de problemas sociais fizeram com que os AS sentissem a inexistência ou escassez de respostas adequadas ao contexto.

### **1.3. Intervenção com jovens ao nível comunitário**

Neste ponto do trabalho, vamos analisar 2 subcategorias: a intervenção direta com jovens e os desafios na intervenção com os jovens (Anexo E).

#### **Intervenção direta com jovens**

Dos 4 centros, só o centro de Cascais é que intervêm com crianças, num formato de prevenção. As AS que acompanham estas crianças referem que o principal objetivo deste serviço é que seja um espaço para brincarem, para se afastarem das redes sociais e do mundo digital. Está aberto durante as férias escolares, assim é um lugar onde a família poderá deixar as crianças a conviver com a equipa e com as outras crianças:

Nós fazemos um programinha, normalmente no verão e o objetivo aqui é a questão do “brincar” (...) O brincar é importante, é afastar o telemóvel, os jogos tradicionais, o parque...eles moram num apartamento muito pequeno (AS4).

Para além disto, explicam que não têm uma vertente virada para jovens entre os 12 e os 16 anos, que poderia ser “uma intervenção para diminuir a delinquência juvenil”, mas sim são crianças antes dos 12 anos, que o objetivo é prevenir que certos comportamentos sejam desenvolvidos durante a infância, mas também durante a adolescência:

não temos uma intervenção virada para a parte dos jovens, mais para a parte das crianças devido às férias escolares que temos que é até aos 12 anos (AS6).

Os fatores de risco representam um desafio a vários níveis, emocional, social e que afeta o desenvolvimento escolar de cada criança e jovem. Assim, é importante existir uma estratégia precoce na prevenção, pois ajuda a reduzir ou mesmo a reverter estes riscos podendo assim pode alterar a trajetória de risco do desenvolvimento da criança (Rocha,

2011) Se adiarmos a prevenção e a intervenção até à adolescência pode significar maiores dificuldades em lidar e eliminar os riscos, uma vez que poderão já estar instalados no quotidiano destas crianças e jovens (Rocha, 2011; Singh & Azman, 2020).

O centro de Chelas já teve um espaço de prevenção para crianças, mas neste momento está inativo. O que o profissional afirma é que enquanto existiu esta resposta, as crianças que foram acompanhadas há anos atrás, hoje em dia são homens e mulheres independentes, com empregos estáveis, uma família organizada e estruturada e são cidadãos que respeitam os outros:

hoje a maioria deles já constituiu família, já tem a sua própria casa e têm os seus próprios empregos e nós conseguimos perceber, olhando para o bairro, o impacto da participação deles nas nossas atividades e o nosso projeto teve na vida deles (AS2).

O impacto da implementação de um serviço que vá ao encontro da prevenção da delinquência com foco nos fatores de risco, leva os jovens a serem menos propensos a acumular os riscos que surgem na infância e adolescência (Wasserman et al., 2003; Hawkins & Weis, 2017).

A intervenção na delinquência juvenil baseia-se na premissa de que, para remover os fatores de risco que levam ao comportamento desviante, ou incrementar a resistência a estes, é necessária uma adequada identificação dos indivíduos e uma análise dos contextos de risco (Lemos, 2010). A intervenção junto de adolescentes com estes comportamentos depende da escolha de quando e de como intervir. No entanto, para que os profissionais possam trabalhar, depende da análise das circunstâncias de risco e das necessidades do menor, mas também da envolvimento da família e da comunidade (Mulvey, et al., 1993; Singh & Azman, 2020).

É importante referirmos, que também com a entrevista aos profissionais, que o acompanhamento com jovens não depende só dos técnicos e dos menores, mas também da família e do ambiente ao seu redor.

### **Desafios na intervenção com os jovens**

Para implementar um projeto ou programa direcionado para jovens entre os 12 e os 16 anos num contexto comunitário, a intervenção direcionada a esta problemática exige um forte investimento nas pessoas e requer ações nacionais e locais que envolvam políticas económicas e sociais eficazes ao nível da sua implementação, a escola e a família (Wasserman et al., 2003; Rocha, 2011; Singh & Azman, 2020).

Os profissionais de Serviço Social referem que é muito difícil de acompanhar jovens com estas idades, até porque, o único programa em que os centros têm apostado são os espaços com atividades, numa ótica de prevenção com crianças até aos 10 anos e só nas interrupções escolares. São só as semanas durante as férias da escola, a duração é muito pequena para que tenha efeitos na vida da criança. Explicam que para haver prevenção e intervenção direta tem de existir uma equipa maior e um programa continuado.

o trabalho aqui não dá para a gente...a ajuda é muito pequena e a prevenção também é muito pequena porque nós só trabalhamos com eles no período de férias...não é algo diário e prolongado, se fosse diariamente era outro tipo de abordagem (AS4).

Como é referido no Relatório do Observatório Permanente da Justiça (Santos et al., 2010), os desafios na intervenção com jovens e na implementação de programas de prevenção passam pela ausência de uma ação precoce. A falta de articulação entre as diferentes instituições (como família, escola, comunidade...), as limitações de recursos humanos e o aumento da carga burocrática dificulta o acompanhamento de proximidade e continuado e a disponibilidade para integrar novos serviços nos centros. Também a falta de formação direcionada para a prevenção da delinquência, e a necessidade de estudos constantes sobre esta problemática, para apoiar a tomada de decisão.

Assim, se existirem serviços nos centros com o objetivo de diminuir a delinquência juvenil, os AS poderão basear-se em lógicas preventivas, educativas e comunitárias na sua intervenção (Singh & Azman, 2020), numa lógica de participação em conjunto com a restante comunidade que engloba a vida do jovem.

### **1.4. Fatores que levam à Delinquência Juvenil**

Já sobre os fatores que causam a delinquência juvenil, optámos por 4 subcategorias e que são: os fatores familiares, os fatores escolares, os fatores socioeconómicos e a reincidência dos comportamentos na vida adulta (Anexo E).

#### **Fatores familiares**

Foi unânime para os AS entrevistados que a família pode ser um dos fatores de risco. Entendem que a família é o elo, a base de tudo e que a educação transmitida pelos pais influencia os comportamentos dos jovens. Explicam ainda que um jovem que viva numa família desestruturada e com problemas de carência socioeconómica, pode fazer com que o menor esteja desprotegido e com falta de acompanhamento:

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

(...) não há controlo em casa e no meio onde estão inseridos e este meio não é fácil, é difícil para crescer (AS1).

Os problemas dos jovens, normalmente estão na família, não estão nele...vêm de uma família desestruturada não é (...) A maior parte destes jovens que são e que vão por estes caminhos é porque têm falta de apoio em casa a todos os níveis (AS3).

(...) dava para reparar que as crianças vinham de famílias destruídas, maioritariamente com dificuldades socioeconómicas (...) lá está, há muitas dinâmicas, há muita coisa para ir-se trabalhando (AS6).

Farrington, et al. (2015) explicam que a sociedade é construída com base na família, e que as crianças e jovens, que apresentam comportamentos desviantes, não recebem frequentemente cuidados e atenção dos seus pais, vivendo em conflitos constantes, ou com carência de supervisão. Além disso, Amani et al. (2018) mencionaram que o envolvimento familiar se revela benéfico para jovens durante o processo de prevenção e intervenção na delinquência juvenil. Isto significa que a família desempenha um papel significativo no comportamento do jovem. Portanto, para combater a delinquência, é essencial compreender a família do jovem, bem como a sua estrutura e as relações familiares, para evitar comportamentos antissociais e agressivos, através das referências transmitidas pela família (Labella & Masten, 2018).

### **Fatores escolares**

Para além da família, a escola foi outro fator os profissionais mencionaram como um dos problemas da delinquência juvenil. Explicam que existe uma ligação entre a escolaridade dos pais e os comportamentos dos jovens:

Os pais, a maioria tem baixa escolaridade, e alguns têm aquela mentalidade “eu tenho a 4º classe e safei-me e tu também vais safar” e esquecem-se que os tempos são outros, o mercado de trabalho é mais exigente (AS2).

A escola em Portugal, segundo os profissionais, não tem um plano de estudos adequado e atrativo a todas as crianças e jovens, o que pode trazer desmotivação e tentação de faltar às aulas, não prosseguirem a escola e praticar outras atividades fora da escola.

Eu acho que a escola muitas vezes não é muito aberta e também não há muito estímulo para que os jovens queiram estudar, eu acho que o ensino em Portugal e não só, é muito fechado, não há evolução e não é adequado e isso pode causar alguma desmotivação e mais tarde vais

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

procurar outras coisas no exterior que não é na escola, “se eu não vou às aulas e há tanta coisa que posso fazer, porquê que vou às aulas? (AS6).

Como referido no enquadramento teórico, o meio escolar tem fatores de risco que provocam comportamentos desviantes. O abandono escolar, o fraco rendimento académico, as dificuldades de adaptação, as más relações com os colegas de turma e outros membros da escola, o absentismo escolar, a falta de organização na rotina escolar, a ausência de atividades extracurriculares que permite que ocupam os seus tempos livres, e a fraca atratividade dos conteúdos educativos, são fatores que poderão impulsionar o desinteresse dos jovens pela escola (Gallo & Williams, 2008). Este desinteresse poderá levar à saída precoce da escola, e mais tarde, torna-se difícil para o jovem ingressar no mundo do trabalho e pode contribuir para o desemprego. Deste modo, a probabilidade do jovem praticar comportamentos desviantes é muito superior (Zappe, 2010; Silva et al., 2008).

### **Fatores socioeconómicos**

Como vimos anteriormente, para os profissionais, a família tem impacto nos comportamentos desviantes dos jovens, por isso, a sua situação socioeconómica também influencia a vida dos menores. Se a família não tem muitos recursos económicos, na visão dos entrevistados, o jovem procura formas mais rápidas para obter o que quer, seja ao nível material ou financeira.

A delinquência a meu ver, em muitos contextos, vem da necessidade, e da facilidade com que se obtém recursos (...) é mais fácil tu entrares no mundo da delinquência e conseguires aí obteres os teus rendimentos ou certas coisas, um telemóvel, uns ténis, uma mota, uma bicicleta, um carro (...) (AS2).

Segundo os AS, a delinquência juvenil é um reflexo das desigualdades sociais (com baixos salários, desemprego, falta de respostas...) que a sociedade enfrenta, que dificulta na obtenção de recursos materiais, oportunidades e respostas para famílias.

(...) isto é um reflexo da desigualdade social..., portanto os salários continuam baixos, (...) sabemos que passam por muitas dificuldades, porque os rendimentos não são proporcionais ao número de pessoas que estão em casa, e, portanto, acaba por haver muita necessidade e estes jovens vão atrás do mais fácil, do mais imediato (AS2).

A carência de apoio social, o baixo nível socioeconómico das famílias e residir em zonas pobres, perigosas e densamente povoadas são fatores que levam a comportamentos



desviantes dos jovens. A pobreza é considerada como uma ameaça que aumenta a vulnerabilidade da criança e do jovem, pois pode causar desvantagem e privação social e educacional (Assis et al, 2006; Nardi & Dell'Áglio, 2010; Zappe, 2010; Alich, 2011, Pais, 2012). Por isso, a motivação e o desejo de adquirir certos bens materiais, de obter prestígio social e a da inserção em grupos (“gângues”) produzem no jovem a necessidade de concretizar este tipo de comportamentos desviantes (Gonçalves, 2008; Pais, 2012; Gomes, 2013).

### **Reincidência dos comportamentos na vida adulta**

Considerou-se também pertinente analisarmos se existe reincidência destes comportamentos na idade adulta. A verdade é que, segundo os AS, quando um jovem não é acompanhado por nenhum serviço na altura “certa”, em adultos, podem vir a ser cidadãos desorganizados, desestruturados e que têm problemas de integração.

Mas o que acontece é que há casos de pessoas que já foram delinquentes quando eram mais novos e agora em adultos são novamente (...) isso é o que eu noto, muito desestruturados e é necessário trabalhar uma série de questões que não foram trabalhados na altura certa (AS1).

O comportamento delinvente tem tendência a perpetuar-se ao longo de diferentes períodos do desenvolvimento do indivíduo, Negreiros (2001) afirma que existe uma noção de continuidade até à idade adulta. Acrescenta ainda que esta noção de continuidade tem um “princípio de progressividade”, isto é, os problemas de comportamento na infância sucedem-se aos comportamentos delinquentes na adolescência e estes à criminalidade na idade adulta, havendo fortes probabilidades de que a delinquência juvenil possa contribuir para uma carreira criminal na vida adulta.

Os riscos que estão inseridos na comunidade e no ambiente em torno do jovem estão associados ao aumento da taxa de criminalidade da população geral, por isso, quando a sociedade não previne e não altera estas problemáticas, a delinquência juvenil e a reincidência dos comportamentos na vida adulta acontecem (Gomes, 2013). Se uma comunidade não for apoiada na diminuição dos fatores de risco, os comportamentos desviantes perpetuam-se na vida adulta destes jovens.

### **2.5. Prevenir a delinquência juvenil através da intervenção**

Passando à prevenção e à intervenção na delinquência juvenil, iremos analisar 3 subcategorias: o AS na prevenção e na intervenção, o que falta na prevenção e na intervenção e como prevenir e intervir com o sistema (Anexo E).

### **O AS na prevenção e na intervenção**

Sobre o contributo do AS na prevenção e na intervenção comunitária, os entrevistados referem que nem todos os profissionais têm conhecimento e formação na área da delinquência, mas podem detetar os problemas e os riscos e tentar trabalhar junto da comunidade, da família e de outras instituições. É importante existir um trabalho em rede e parceria com outras entidades dos bairros.

Nem todos os AS têm de ter formação nessa área, mas nós aqui estando num centro comunitário, mais próximo das famílias, até podemos encaminhar para um CAFAP, lá está, é detetar o que é necessário e sinalizar e encaminhar para outras instituições, fazer um trabalho comunitário em rede (AS6).

Como há um sistema multidimensional na vida do jovem, os AS precisam de ter um olhar holístico, a fim de compreender esta problemática. Trabalhar em rede é fundamental na intervenção do AS, porque vai criar uma interligação entre o jovem e o seu meio envolvente, como as famílias, as redes sociais, instituições locais e a sociedade em geral (Gallant & Thyer, 2017). Se os AS realizarem um trabalho em rede, sobretudo junto dos membros do bairro, a comunidade onde os jovens residem e convivem, começam a compreender o que é a delinquência juvenil e utilizam as suas redes sociais para a prevenção, sentem-se capacitados para reverter a situação, analisar e sinalizar os fatores de risco e estão mais preocupados com a sua comunidade (Gallant & Thyer, 2017; Hawkins & Weis, 2017).

Para além do trabalho em rede, os entrevistados explicam que o AS não consegue trabalhar sozinho, é necessário a ajuda de outros colegas com outras formações, mas também colegas de outras instituições. Uma só instituição e/ou um só AS, não consegue trabalhar a prevenção e a intervenção na delinquência juvenil.

um AS não consegue fazer sozinho, mas conseguimos fazer isso em parceria, com outras áreas...um trabalho multidisciplinar (AS5).

Gostaríamos de salientar que o SS, através da sua formação tem competências para responder às necessidades e questões sociais da família, mas o trabalho multidisciplinar marca a diferença na prevenção e intervenção comunitária, é mais completo, até porque estes menores e as suas famílias precisam de respostas para além do social, realça-se, por isso, a importância de um trabalho colaborativo e em rede com outros profissionais.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

O Serviço Social consegue responder mais às questões sociais daquela família, mas trabalhar só com aquele jovem não iríamos conseguir sozinhos e íamos dar uma resposta mais voltada para o social (AS5).

Nós (AS) vamos conversando, até porque temos a formação para tal, não é formação, mas é esse entendimento do mais além...de perceber a pessoa...todo esse trabalho é muito mágico eu acho...é um trabalho que damos a entender a pessoa como ver o seu processo de vida...é ter empatia e gostar do que faz (AS4).

O AS, na comunidade, deve de ter uma postura de proximidade, para conhecer e perceber as necessidades das pessoas residentes no bairro, detetar fatores de risco que conduzam à delinquência nos jovens e compreender o que as famílias querem e precisam. Só assim, é possível realizar um programa de prevenção com estes jovens, para mais tarde intervir junto deles e das suas famílias, com a comunidade, integrando-os nos seus processos de mudança.

Vamos ajudar a família a ter tudo em dia, contas em dia, ter comida na mesa, não passar por dificuldades (AS2).

Eu acho que a gente tem de estar atenta, a gente tem de fazer uma reflexão, análise crítica nossa enquanto profissional (...) A intervenção vai muito por aí, a sua intenção e conhecimento, saber o que as pessoas querem (AS4).

É ouvir as pessoas que vivem lá, cresceram lá e sabem de tudo muito melhor que nós. Às vezes fazemos o trabalho e não ouvimos as pessoas e quais são as suas necessidades, por isso é incluir as pessoas (AS5).

Depois do que foi descrito pelos entrevistados, com o intuito de proporcionar uma intervenção eficaz, percebe-se que os AS podem propor, criar e realizar serviços/programas relacionados com uma intervenção familiar. Estes programas usam uma abordagem educacional às famílias e são uma intervenção de prevenção durante a fase inicial dos problemas que possam surgir e na deteção de fatores de risco. Hawkins e Catalano (2017), acreditam que a comunicação adequada entre os pais e as crianças, e pode atuar como medida para suprimir os comportamentos delinquentes. Além disso, podem apoiar na prevenção relativamente aos irmãos, amigos e outros jovens do bairro, visando melhorar a capacidade de supervisão e comunicação entre os pais, reparar a relação rompida entre a família, e subsequentemente prevenir a delinquência (Hawkins, et al, 2015).

### **O que falta na prevenção e na intervenção**

Os AS relatam que é necessário prevenir e intervir quando se começa a detetar alguns comportamentos desviantes, mas também nos fatores de risco, com programas específicos nos bairros, nas instituições, nas escolas e com a envolvimento das famílias. Hawkins & Weis (1980) e Hawkins, et al (2015). reforçam que as abordagens de prevenção devem centrar-se nas causas de delinquência para que a intervenção seja eficaz e essas causas operam dentro dos domínios institucionais da família, escola, pares e comunidade.

É necessário intervir logo, ter programas específicos no bairro para intervir com estes jovens e os técnicos estarem envolvidos, mas para isso eram necessários outros projetos (na Fundação) (AS1).

É trabalhar logo com as escolas, com os centros de jovens, famílias, essas coisas, no sentido de agarrar logo esses jovens e ir falando com eles desde pequeninos (...) todos têm de trabalhar em conjunto...em rede...escolas, os ATL, os centros de estudo, as instituições, famílias...todos têm de trabalhar porque cada um deteta cada coisa na criança (AS3).

Voltamos à palavra “prevenção” ...essencialmente das instituições de primeira linha, tipo a escola, as IPSS, centros comunitários, a família ... (AS6).

Salienta-se que a prevenção da delinquência não deve ser apenas “responsiva” às “causas” da delinquência, mas também à forma como as causas funcionam no âmbito do processo de desenvolvimento social do jovem, por isso são necessários programas nas diferentes fases da vida dos jovens (por exemplo infância e adolescência) (Hawkins & Weis, 1980; Hawkins, et al, 2015).

o trabalho de prevenção tem de ser logo com os jovens nas escolas...é importante planear a sua família, passa por aí..., mas é um trabalho muito longo... é tudo um processo, é trabalho para dar condições a essa família (AS4).

Ao nível do jovem, a escola é muito importante e haver um trabalho mais de proximidade, de equilíbrio e multidisciplinares e resolver estes problemas...seja ao nível de famílias como o comportamento deles na escola, o bullying (AS3).

Referem ainda que, a sociedade e as políticas sociais atuais necessitam de ser revistas e/ou criar novas respostas para estes menores e famílias, que ajudem na prevenção e intervenção na delinquência, mas também que apoiem a família a vários níveis, por exemplo, com apoios financeiros e na empregabilidade. É importante envolver outras áreas para que se crie um programa completo e eficaz, que engloba todo o ambiente do jovem.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

(...) teria de haver muita prevenção, muita articulação com a polícia, no sentido da prevenção também (...) depois uma política do estado, uma política social para um aumento dos salários, do aumento do rendimento das famílias, aumento da empregabilidade (AS2).

Acho que ao nível de políticas sociais tem de mudar muita coisa, tem de começar a política para que aos poucos a sociedade vá encarando outras coisas (...) haver mais respostas para jovens e esta mudança de mentalidade, os jovens iriam ter mais facilidade em falar e procurar ajuda (...) É haver apoios nos vários serviços... escola, saúde, polícia (AS5).

Para além de programas e intervenções com o sistema, isto é, instituições, escolas e famílias, é importante que haja conhecimento para perceber as causas e os fatores de risco da delinquência juvenil, isto é, estarmos atentos a esta problemática para saber como intervir desde início.

Para mudarmos isso é necessário percebermos essa parte... (delinquência e a facilidade de obter recursos e dinheiro). Ou seja, é importante percebermos o porquê de o caminho mais fácil ser este e quais são os motivos (AS2).

Temos de fazer uma análise crítica, uma reflexão (AS4).

Temos de perceber o porquê de as pessoas terem comportamentos desviantes, seja droga, álcool, ofensas etc, e percebê-las também (AS5).

### **Como prevenir e intervir com o sistema**

Com a família, os principais objetivos da intervenção são focar no aumento do apego e interação entre pais e filhos e reforçar a ordem e a supervisão parental (Hawkins & Weis, 1980; Hawkins, et al, 2015). Poderá investir-se em programas de formação parental e em serviços de intervenção em crise familiar (Hawkins & Weis, 1980; Hawkins, et al, 2015)

Sobre a escola, todos os AS explicam que tem um papel fundamental na deteção de problemas e de fatores de risco nos jovens e nas suas famílias e que deve existir uma envolvimento de todos os agentes da escola, professores, funcionários, alunos e colegas de turma, AS e Psicólogos, desde início.

Na escola, com os diversos agentes que compõem a escola, desde funcionários até aos professores, é dar formações a eles. É importante que estes agentes nas escolas acreditassem nestes jovens e não fossem estigmatizados e é o que normalmente acontece (AS1).

Tem de começar pelas escolas primárias (...) é logo na primária, com a prevenção e é onde os problemas começam a vir dali (...) (AS3).

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Proporcionar oportunidades para o sucesso escolar, reforçar a participação e interação entre professor e alunos e encorajar os alunos a sentirem-se parte da comunidade escolar e comprometidos com os objetivos educativos (Hawkins & Weis, 1980) são dimensões a ter em conta na prevenção.

O AS tem um papel importante na escola, e segundo os profissionais, infelizmente existem poucos profissionais nesta área.

e eu também acho que falta muito AS nas escolas e isso faz com que certas situações acabam por passar despercebidas ou não sejam agarradas a tempo para evitar que haja situações mais complicadas no futuro e secalhar se isso houvesse (AS6).

Acreditam que os amigos e colegas de turma poderão ajudar a perceber algumas dificuldades e até mesmo ajudar a mudar comportamentos, como também a criar hábitos de estudos, a aprender a estudar.

Mas também é necessário intervir ao nível das escolas, com os professores, nos programas pedagógicos, e por exemplo, utilizar pessoas de referência na escola, como alunos que possam ajudar a identificar e moldar os outros jovens e que participem e que façam parte das atividades da escola, ensinar como estudar, como estar na sala de aula (AS1).

Já sobre a comunidade, para diminuir a delinquência juvenil são necessários programas de intervenção comunitária em que haja a participação e a mobilização dos cidadãos. É importante envolver a participação dos membros da família, da escola, do grupo de pares e todos elementos da comunidade onde o jovem está inserido.

## **2. Perceção dos Jovens dos Bairros**

As entrevistas aos jovens também foram feitas com um guião pré-elaborado (ver Anexo C) e a foram analisadas 7 categorias, com 13 subcategorias que passamos a apresentar nos pontos seguintes (Anexo F).

### **2.1. Acompanhamento nos Centros**

Começamos por a analisar o seu acompanhamento nos centros comunitários da Fundação, através de 3 subcategorias: o tipo de acompanhamento, como é a relação com a Fundação e Equipa Técnica, e impacto da intervenção na sua vida e família (Anexo F).

#### **Tipo de acompanhamento**

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Na Fundação, estes jovens são todos acompanhados no apoio social e no apoio psicológico. No apoio social, foi o serviço que as suas famílias recorreram primeiro e que foi para obter ajuda alimentar. Dos 4 jovens, três são acompanhados no centro há 2/3 anos, e um jovem há 3 meses.

Eu acho que vinha cá só com a avó (Jovem1).

Não sei, mas comida e apoios que a minha mãe precisa (Jovem4).

Sobre o apoio psicológico, todos começaram recentemente, há 2/3 meses, e foi através da sinalização e encaminhamento da AS, porque existiam problemas no seio familiar que prejudicavam a sua saúde mental.

Foi por causa da separação dos meus pais e precisava de ajuda (Jovem3).

Ao nível do apoio social, o motivo deste acompanhamento foi a carência económica, desemprego e conflitos familiares.

### **Impacto da intervenção na sua vida e família**

Depois que analisarmos o acompanhamento dos jovens tentamos perceber o impacto nas suas vidas e das suas famílias e se houve resposta às suas necessidades.

Todos dizem que houve alterações nos seus comportamentos e que tem sido uma ajuda importante na fase complicada que estão a enfrentar.

Com a Dra. M (psicóloga) tenho estado mais calmo, mais concentrado nas coisas (Jovem1).

Penso antes de fazer as coisas, e acalmo mais um bocado (Jovem2).

Sim acho que a M. (psicóloga) tem ajudado bastante e vejo que consigo falar de coisas que não consigo falar diariamente (...) eu estou a melhorar muito desde que estou aqui (Centro) (Jovem3).

Também existem mudanças na família, dizendo que estão mais unidos e mais alegres.

A gente convive mais (...) Sentimos mais alegres e compreendidos (Jovem2).

É importante referir que os trabalhos realizados pelos técnicos nos centros trazem benefícios e mudanças no seio familiar destes jovens. Os jovens salientam que notam mudanças nos seus comportamentos e cada consulta é um espaço de ajuda e de reflexão sobre os seus problemas.

## 2.2. Vivência no bairro

Neste ponto temos 2 subcategorias: Integração, Reconhecimento e Segurança e relação da Fundação com o bairro (Anexo F).

### **Integração, Reconhecimento e Segurança**

Quando os jovens falam do bairro onde residem, todos afirmam que gostam de viver no bairro e que é um bom local para residirem porque têm lá amigos e têm tudo o que precisam: cafés, farmácias e centro de estudos, etc.

Porque eu por acaso vivo numa zona do bairro que tem centro de estudos, tem cafés, tem farmácias, acho que não falta uma coisa que seja significativa porque tem muitas coisas ali ao pé (Jovem3).

Porque tenho lá amigos (Jovem4).

Gostavam que houvesse nos bairros mais espaços de convívio, onde possam praticar desportos. Sentem que não têm espaços dedicados a jovens e que não residem pessoas com as mesmas idades deles, reclamando que só estão lá pessoas idosas.

podiam colocar lá um campo de futebol, de basquete ou algo assim (Jovem1).

Talvez um campo de basquete (Jovem2).

Somos um bocado esquecidos...haver um parque, festas (...) Tirar as velhas \*tom agressivo\* estão sempre a reclamar connosco jovens (Jovem4).

Sobre a segurança no bairro, todos expressam que se sentem integrados, seguros e que não existem problemas. Todos se conhecem e sentem que nada de mal lhes irá acontecer.

Não, sinto-me seguro (...) Não, não me sinto sozinho (Jovem1).

As pessoas podem ter os seus vícios como todos nós sabemos, mas não se mostram ser perigosas até agora (...) não há assim pessoas malcriadas, falam-se todos uns aos outros e eu sinto-me bastante integrada porque o meu pai é amigo de muita gente de lá (Jovem3).

Os jovens entrevistados residem em bairros sociais, mas apesar dos conflitos que existem, das rusgas policiais e de serem espaços considerados “perigosos”, sentem-se integrados e reconhecidos nos bairros, só não têm espaços nem atividades destinadas a jovens das idades deles e reforçam que são esquecidos.



### **Relação da Fundação com o bairro**

Sobre a relação que o centro tem com os bairros e como poderiam melhorar estes espaços, todos negam que a Fundação tenha um papel importante na mudança do bairro, explicando que a Fundação não precisa de fazer nada para alterar e/ou melhorar o bairro. Não souberam responder qual é o impacto do centro nos bairros e como poderia ser feita a intervenção, usando muito a expressão “não sei” ou ficar em silêncio.

Não, acho que não é preciso nada (Jovem1).

A Fundação não tem um papel ativo nos bairros na visão destes jovens, que não sabem que respostas os centros podem dar para a melhoria da sua zona de residência. Os jovens desconhecem o trabalho comunitário que a Fundação faz e não sabem quais são as respostas e o contributo desta Instituição no seu meio ambiente. Só conhecem o centro pelos serviços em que são acompanhados: social e psicológico.

### **2.3. Como é a relação com os pares**

Na categoria sobre a relação com pares, as subcategorias a serem analisadas são os amigos e as problemáticas de Bullying e discriminação (Anexo F).

#### **Amigos**

O grupo de pares destes jovens são diversos, são amigos da escola, do bairro e amigos dos seus hobbies e atividades depois das aulas.

Dos jovens entrevistados, o Jovem 1 e a Jovem 3 são os únicos que têm um grupo de amigos na escola, que não são da sua turma, estão juntos nos intervalos, pois a Jovem 3 diz a que a turma é conflituosa, por isso não gosta de estar com eles fora da escola.

Tenho um grupo de amigos da escola (...) Na escola...a minha turma é conflituosa, com os amigos espanto a cabeça, quando tiver nas aulas estou (...) não tenho problemas com os meus amigos (Jovem3).

Já sobre os amigos do bairro, nenhum dos entrevistados afirmou que tinham amigos, até porque, como vimos na categoria anterior, muitos destes bairros não têm jovens nas faixas etárias entre 12 e 16 anos, logo, não conseguem criar um grupo de amigos.

No entanto dizem ter um grupo de amigos fora do bairro e fora da escola e que são amigos que participam nas mesmas atividades extracurriculares, como boxe e atletismo.

Tenho um grupo de amigos da escola, tenho amigos fora e do grupo de atletismo (Jovem3)

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Depois das aulas e durante o fim-de-semana, este grupo junta-se e vão a centros comerciais, praticam desportos como futebol e atletismo, passam férias juntos e vão à praia.

Muitas vezes vamos jogar à bola depois da escola (Jovem1).

Então vamos ao Vasco, vamos ao Colombo por exemplo, vamos a esses sítios (Jovem2).

Atletismo praticamos o desporto, saímos para as provas juntos, muitas vezes saímos para férias juntos, vamos a praia...é um ambiente que eu não tenho na escola, é um ambiente diferente e que eu gosto bastante (Jovem3).

Acrescentam que não entram em conflitos, sejam dentro ou fora do grupo.

Não não não, são pessoas impecáveis (Jovem2).

Conflitos com os meus amigos não (Jovem3).

Os amigos destes jovens são importantes para o processo de socialização e na construção da sua identidade, que pode ser uma influência benéfica ou não. A maioria dos amigos dos jovens são do bairro das atividades extracurriculares/hobbies. No ponto que iremos analisar a seguir, os colegas de turma não são considerados amigos para estes jovens porque são conflituosos e são estes que fazem comentários negativos, criando um mau ambiente dentro e fora da sala de aula.

### **Bullying e/ou discriminação**

Quando entramos na problemática do bullying e da discriminação, seja na escola, no bairro ou noutros lugares, os jovens explicam que só foram vítimas de bullying na escola por parte dos colegas de turma. Estes colegas fizeram comentários sobre o seu físico e as suas roupas.

Sim às vezes por ser gordo (...) é porque em aulas de Educação Física não aguento como eles e dizem “é o que dá seres gordo (...) (Jovem2).

Eu já sofri bullying no meu 5/6º ano quando eu andava na EB 2 e 3 de Marvila, pronto...eramos os mais novos ali na escola e começam a gozar com o que vestes, com o que calças (Jovem3).

Sobre estes episódios expressam que já ultrapassaram esses comentários, mas que acaba por deixar sempre marcas, afetando a sua autoestima e a imagem que têm deles próprios, o que significa que na verdade não ultrapassaram. Quando têm um

comportamento defensivo e/ou respondem de volta saem prejudicados, como expressa o Jovem 2, chegou a ir à direção da escola por responder aos insultos e críticas sobre ele.

Uma vez passei-me e disse “eu sou gordo e tu és chupa-ossos” e ele não gostou e levaram-me à direção (Jovem2).

Eu sinto que ultrapassei, apesar que há coisas que me lembram que marcam por exemplo quando gozavam com a minha testa, com o meu nariz...claro que vão ser sempre inseguranças minhas (Jovem3).

O bullying, deixa marcas na vida destes jovens, cria um sentimento de revolta e de frustração, que mais tarde, se pode refletir em comportamentos de agressão e de ofensas (que no caso destes jovens até levou a crimes de ofensa à integridade física, e estão em processo de inquérito no Ministério Público).

As escolas, neste caso, os professores e outros agentes, sabem destas provocações, os jovens expuseram os acontecimentos, pedem ajuda e querem que os abusadores sejam punidos pela escola. Ao sentir que estão a ser esquecidos, e que as agressões verbais continuam, partem para a agressão porque não conseguem aguentar mais a angústia e a frustração.

### **2.4. Perceção sobre a sociedade**

Para analisar como os jovens olham para a sociedade usamos 2 subcategorias: a justiça social e o papel das instituições (Anexo F).

#### **Justiça Social**

Os jovens têm uma visão muito negativa da sociedade. Referem que a sociedade é muito injusta para todos, sobretudo para as pessoas que vivem em bairros sociais, que acabam por ter menos oportunidades e a sociedade olha-os com preconceito.

Então porque os do bairro têm menos hipóteses de trabalho e de viver e só porque vivem num bairro problemático, pensam que vamos para o trabalho ou para a escola para arranjar problemas (Jovem2).

Ahh sinto muita injustiça em muitas coisas (Jovem4).

Finalizam esta parte dizendo que os jovens dos bairros sociais não são compreendidos, isto é, só porque são do bairro a sociedade não acredita nas suas capacidades e nos seus sonhos.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

andei várias vezes à porrada e depois perguntam o que eu quero ser e eu digo que quero ser lutador profissional, começaram a gozar comigo a dizer que nunca iria lá chegar (...) não acreditam porque como somos do bairro, pensam que somos mais pequenos do que os outros (Jovem2).

Os jovens têm consciência que têm de lutar pelos seus sonhos, até porque a sociedade não acredita que pessoas que vivem em bairros sociais têm objetivos a conquistar e que são tão capacitadas como os restantes membros da sociedade. Para além disto, consideram que existe injustiça e que nem todas as pessoas têm a mesmas vantagens à partida. É interessante percebermos como os jovens que vivem e convivem nestes bairros, já têm a percepção de como é difícil ganharem reconhecimento e conquistarem o que desejam.

### **Papel das Instituições**

Ao falarmos sobre as instituições locais, que estão a trabalhar junto dos bairros sociais, estes explicam que atualmente já não existem atividades nem serviços para a sua faixa (12 aos 16 anos). Expressam que são esquecidos, e que estas instituições só se preocupam em criar atividades e programas para crianças.

Não sei, acho que não porque por exemplo, antes ficava lá (instituição em Loios) a jogar a bola, matreco e isso tudo e agora tenho lá amigos que dizem que já não é a mesma coisa, parece que esquecem de nós. Agora só está rodeada de crianças e acaba por perder um bocado o jeito (Jovem2).

Reforçam ainda que gostavam de se sentir apoiados, acompanhados e que as instituições se deveriam lembrar de todos os jovens do bairro. Explicam que o apoio é importante e quanto mais respostas existirem para eles, melhor.

Quanto mais apoio melhor sim (Jovem2).

Ao existir atividades e um acompanhamento próximo, os jovens iriam sentir que não são esquecidos e não estão sozinhos, que há profissionais disponíveis para ouvi-los e que há mais jovens nas mesmas situações, criando um clima de união e de partilha.

### **2.5. Visão sobre a delinquência juvenil**

Na visão sobre a delinquência juvenil as 2 subcategorias são: consequências desses comportamentos e o apoio das instituições (Anexo F).

### **Consequências dos comportamentos desviantes**

Os quatro entrevistados expressaram as suas opiniões e conselhos para jovens que pratiquem comportamentos desviantes, afirmaram que estes menores tinham de parar de ter estas atitudes, até porque iria trazer consequências negativas no presente e no futuro, e nenhum benefício para a sua vida.

Dizia para deixarem-se disso porque isso não nos leva a lado nenhum (Jovem2).

Porque ser delinquente não vai dar-lhe o futuro (Jovem3).

Acrescentam ainda que, a delinquência poderá vir da frustração ou de algum problema que estão a enfrentar na escola ou na família e é importante continuarem a estudar, conversar sobre o problema e pensarem no seu futuro.

Se fosse possível, dizia para ele ter mais atenção, para conversar...se o problema fosse na escola, para se comportar melhor nas aulas e mesmo no recreio, e se o encarregado deixasse, estudar lá mais um bocado para estar mais atento ou até vir aqui (centro) (Jovem1).

Para pensar nos pais, para deixar de mexer nessas coisas, continuar a estudar e se já tiver idade para trabalhar, começar a fazer a sua vida (Jovem2).

Ele secalhar ele quer e se ele está a reagir é por alguma frustração que está a sentir ou a passar (Jovem3).

Porque vê os outros assim e quer ser igual, mas isso não leva a lado nenhum (...) pode pensar “ah se os outros são assim, eu também vou ser, vou ser bué fixe” (Jovem3).

Os jovens reconhecem os fatores que levam a ter comportamentos desviantes, mas como não sabem lidar com a situação, acabam por ter comportamentos que vão contra as regras e leis. Acrescentam que os pares têm um papel negativo, sendo que influenciam os jovens a terem certos comportamentos, para que sejam reconhecidos e mais tarde, integrarem o grupo. Segundo eles, os adolescentes julgam os que não estão inseridos em nenhum grupo e que não seguem os padrões, o que acaba por provocar pressão.

Reconhecem que os comportamentos desviantes trazem más consequências para a sua vida seja no momento ou mais tarde. Nesse sentido, é importante que se foquem nos seus objetivos e se for necessário pedir ajuda a profissionais.

### **Apoio das instituições**

Na sua perceção as instituições poderiam ajudar a diminuir estes comportamentos e a criar impactos positivos na vida dos menores. Reforçam que é essencial dar mais

oportunidades, através de atividades e respostas, porque atualmente, não encontram apoios e serviços que visem a sua integração.

Não sei, mas talvez a darem mais oportunidades aos jovens, fazer mais atividades...às vezes tipo a SCML de lá organizava festas e isso tudo para que os jovens sentissem mais integrados (Jovem2).

Eu acho que é apoiá-los, sinto que não existe esse apoio diretamente com um grupo de jovens da minha idade né (Jovem3).

Muitas vezes estes jovens necessitam de conversar e desabafar sobre os seus problemas, por isso as instituições e os profissionais precisam de estar presentes nas suas vidas, fazer um trabalho de proximidade, ouvir e compreender as suas situações pessoais e familiares.

Quanto mais apoio melhor sim (Jovem2).

Mas sinto que dentro deles existe mais mágoa. Acho que é ouvi-los, e tentar explorar o ponto de situação, o porquê que se tornaram assim (...) o principal é estarem presentes, eles precisam...nós precisamos (Jovem3).

Ouvir ele e estar presente, acho que é importante (Jovem4).

Este ponto tem uma ligação com o ponto que abordamos sobre a importância do apoio que os jovens recebem. As instituições podem detetar e trabalhar os problemas que eles enfrentam e criar um espaço em que possam ser ouvidos e acompanhar mais de perto estes adolescentes. Se existir este apoio, e como vimos no ponto 3.4, os jovens sentem-se ouvidos, compreendidos e que a sua situação pode ser alterada.

Para além disso, é essencial criar-se respostas ao nível comunitário para os jovens dos 12 aos 16 anos para que sejam acompanhados regularmente.

## **2.6. Prática de comportamentos considerados delinquentes**

A categoria 6, está dividida em 2 subcategorias: prática de comportamentos desviantes e consequências desses comportamentos (Anexo F).

### **Prática de comportamentos desviantes**

Como já anteriormente referido, todos os jovens entrevistados praticaram crimes de ofensa à integridade física a colegas em contexto escolar. Destes 4 jovens, 3 estão em processo judicial à espera de decisão do Ministério Público.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Foi unânime que os comportamentos desviantes que até hoje praticaram foram brigas na escola com colegas de turma.

Sim este ano...uma colega começou a gozar comigo e eu fui falar com a D.T e o Diretor para resolverem as coisas e não resolveram. Passei-me da cabeça e começamos a porrada (...) Senti-me injustiçado (Jovem2).

Toda a gente provoca e não fazem nada, depois não aguento \*silêncio e suspiro\* (Jovem4).

É importante reforçar que não tiveram ajuda de professores, diretores de turma ou outro agente da escola para prevenir qualquer dos episódios. Dizem que foram os colegas que começaram a provocar primeiro, que os professores e diretores de turma sabiam destas provocações e comentários, mas não fizeram nada. Quando a briga acabou, estes jovens foram castigados e estão com processos ativos aos quais poderão vir a ser aplicadas medidas tutelares educativas.

### **Consequências destes comportamentos**

Sobre as consequências dizem não pensaram nas consequências dos seus comportamentos. Só 1 jovem é que expressou que ainda hoje não pensa nas consequências, mas que sabe que tem de comportar-se melhor e ter mais calma.

Não penso (...) eu devo portar-me melhor senão vou suspenso ou levo ficha vermelha...\*silêncio\* (Jovem1).

Durante o acontecimento, estavam a sentir-se bem, no sentido que estavam a fazer justiça por tudo o que passaram e ouviram por imenso tempo e porque estavam frustrados e cansados por aguentar a situação há imenso tempo.

Naquele momento senti-me bem porque tipo ele tinha chamado filho da coisa à minha mãe, e nesse momento estava a chamar...prontos e então eu naquele momento eu dei, quando eu lhe bati senti-me bem porque sentia que estava a proteger o nome da minha mãe (Jovem1)

Senti raiva dele, mas depois senti arrependimento (Jovem2).

Depois do episódio, todos sentiram arrependimento e raiva, mas não pensam que podem ser punidos, seja por castigos na escola, ou judicialmente, com uma aplicação de uma medida tutelar educativa.

### **2.7. Perspetivas do futuro**

Por último, nesta categoria, quisemos saber quais são as expectativas dos jovens perante o seu futuro, para isso analisamos 1 subcategoria: o projeto de vida (Anexo F).

## Projeto de vida

Em relação aos seus projetos de vida, 3 dos jovens têm já delineado o que gostavam de fazer no futuro e quais são as suas expectativas.

Dois jovens gostavam de terminar a escola e encontrar um trabalho, não confirmam se queriam prosseguir nos estudos a nível do ensino superior. Mais em concreto o Jovem 2, já tem definido como saídas profissionais seguir a profissão de militar ou lutador profissional de Boxe.

Penso que vou acabar a escola, vou trabalhar (Jovem1).

Eu quero quando fizer 18 anos ir para militar, se não conseguir, eu acho que vou para fora para o boxe (Jovem2).

A Jovem 3, só quer atingir os seus sonhos, mas não expressa quais.

Quero concretizar os meus sonhos (Jovem3).

O único jovem que não tem nada planeado é o Jovem 4, mas tem um motivo para tal: afirma que existem muitas regras e leis que impedem as pessoas de prosseguir os seus sonhos.

Sei lá...não quero fazer nada, sinto cansado de tudo" /"mas sei que nunca vai acontecer, nunca temos sorte (...) é muitas leis e regras, deixem a gente sonhar (Jovem4).

Ao falar de sonhos, os seus desejos estão muito relacionados com a família e de dar as melhores condições às pessoas que mais amam. Falam também que querem ter uma vida estável através da profissão que vierem a escolher.

Tirar a família do bairro, ser militar, ser um lutador conhecido e dar o melhor à minha família (Jovem2).

Agora é: puder dar o melhor ao meu filho, conseguir ir para a faculdade e conseguir ir para polícia judiciária, e depois é o resto...ter a minha própria casa...ter a minha vida estável (...) mas o meu sonho mesmo é ser a melhor mãe para o meu filho (Jovem3).

O Jovem 4 reforça que como não dão oportunidades às pessoas, ele deixou de construir um sonho.

Que eu esteja a ver...não (...) nunca pensei, acho que não tenho (Jovem1).

\*tom agressivo\* não e para quê que vale um sonho? Não vai concretizar-se (...) também não dão oportunidades às pessoas, por isso não há sonho (Jovem4).



## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Os adolescentes conseguem identificar e compreender que têm objetivos de vida e têm sonhos a concretizar. Querem ter uma profissão e dar as melhores condições às suas famílias, mas sabem que vai ser muito difícil ter um projeto de vida (a ligação com a falta de oportunidades que a sociedade oferece e não acreditarem nas capacidades dos jovens de bairros sociais). Todos dizem que para atingirem os seus sonhos têm de trabalhar, como expressam: “trabalhar no duro”. Para além deste fator, confirmam que necessitam de estudar, de estar empenhados na escola e que só assim conseguirão prosseguir nas profissões que ambicionam.

Trabalhar no duro (Jovem2).

Olha tenho de me empenhar primeiro, seja nos estudos como mesmo na escola, trabalhar no duro (Jovem3).

É positivo perceber que para concretizar o que querem no futuro, os adolescentes acreditam que necessitam de trabalhar intensivamente e continuar a estudar, com o objetivo de conseguir trabalhar na profissão que desejam, ter uma vida estável e a sua família também. Sabem que é difícil atingir os seus sonhos, mas tem a convicção de que vão conseguir ultrapassar as dificuldades e conquistar as várias etapas do seu projeto de vida.



## Conclusões

Os dados desta investigação e o estado de arte dão-nos a percepção que a reinserção dos jovens na sociedade é um processo complexo e que deve ser feito de forma progressiva e continuada, não só através de uma intervenção adequada de acordo com as necessidades dos jovens, bem como através da articulação com as instituições comunitárias, que possam reintegrar o jovem na sua saída.

A reinserção social é uma das preocupações da sociedade e esta problemática originou a emergência de respostas de proximidade e por consequência a necessidade de um investimento público. Contudo vivemos num mundo de aceleradas mudanças e embora haja um compromisso por parte dos profissionais, muito ainda há por fazer.

Ficou claro o descontentamento que os AS sentem relativamente a algumas questões, mas o número de entrevistados foi limitado como já referido no capítulo II, ponto 2.5 o que nos impede de fazer generalizações. Ainda assim, considera-se que este trabalho constitui um contributo para a compreensão do fenómeno da delinquência juvenil, especificamente, naquilo que os AS entendem ser necessário para o combate a esta problemática e também o que os jovens pensam sobre os comportamentos desviantes protagonizados por eles e por outros.

A nível comunitário, pudemos analisar os múltiplos fatores de risco, e reiteramos a importância dos programas de prevenção precoce como essenciais (Hawkins & Weis, 1980; Hawkins, et al, 2015). Para prevenir e intervir na delinquência juvenil é necessária uma abordagem com base numa perspetiva preventiva, reabilitativa, de desenvolvimento e contante atualização do SS, sem esquecer que é essencial a integração de diferentes teorias numa combinação de intervenção integrada e multidisciplinar. Esta forma de intervir pode ajudar os AS a conceber e a selecionar eficazmente as estratégias de prevenção durante a fase inicial do problema (Rocha, 2011; Gomes, 2013; Singh & Azman, 2020).

Os profissionais compreendem que é importante incluir programas na Fundação que trabalhem a proximidade com jovens. Entende-se que o AS através do trabalho comunitário poderá intervir durante a gravidez e infância em famílias que se encontram em situação de risco, através do desenvolvimento de competências parentais. Estabelecer formas de comunicação que reduzam os obstáculos consequentes de uma linguagem técnico-científica; apoiar a comunicação interfamiliar e a gestão de conflitos. Promover a

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

participação da família, o seu envolvimento e coresponsabilização no processo de mudança destes jovens, desenvolver competências emocionais, sociais e de acesso à formação profissional e ao emprego, estimulando o interesse pela escola e formação superior; consciencializar para a mudança de comportamentos motivando-os para a participação na tomada e decisão sobre a escolha que querem no futuro.

A prática de comportamentos desviantes, que no caso destes, foram crimes de ofensa à integridade física em contexto escolar significou, para eles, uma espécie de necessidade para se afirmarem e fazer justiça pelo que passaram: troça, humilhação, provocação e ameaças de colegas. Quando são punidos ainda se sentem mais injustiçados, importa por isso, considerar a prevenção e intervenção com estes jovens, numa lógica continuada de melhoria e nunca esquecer que o foco da intervenção é o sujeito. A ação deve ser pautada na melhor forma de melhorar a sua qualidade de vida, co-construir um projeto de vida adaptado a cada um e simultaneamente à família.

O objetivo principal objetivo deste trabalho foi compreender a como se faz a prevenção dos comportamentos desviantes ao nível da intervenção comunitária, através de uma Fundação Nacional nos seus Centros comunitários e como é feito o processo de intervenção, ou seja, as estratégias, obstáculos e como se interliga com a prevenção, a partir das perceções dos AS e dos jovens. Por fim, quais os contributos que o AS tem e pode ter nesta área de atuação.

O sucesso de uma intervenção, num momento em que o futuro se apresenta cheio de incertezas, com o acentuar das desigualdades, reforça a necessidade de atenção a esta problemática, acreditamos que podem ser estes jovens a apoiar as suas comunidades e outros jovens e que esse é o verdadeiro trabalho de co-participação e colaboração, numa lógica de cidadania e de direitos.

Entendemos por isso, que futuras investigações devem ser focadas nos jovens e como gostariam de participar e fazer parte de processos de transformação e mudança (a sua e do mundo ao redor) e é ao ouvi-los que se pode propor e melhorar as políticas de prevenção e a intervenção, bem como as metodologias de intervenção.

## Bibliografia

- Alich, V. (2011). *Risco de delinquência; estudo com alunos do 2º e 3º ciclo*. Universidade de Aveiro: Aveiro (Tese de Mestrado).
- Amani, B., Milburn, N. G., Lopez, S., Young-Brinn, A., Castro, L., Lee, A. Bath, E. (2018). *Families and the Juvenile Justice System Considerations for Family-Based Interventions*. Family & Community Health: January/March 2018 - Volume 41 - Issue 1- p 55-63. DOI: doi: 10.1097/FCH.0000000000000172.
- Assis, S., Constantino, P. (2005). *Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina*. Ciencia & Saude Coletiva 10, 81-90.
- Assis, S.G., Pesce, R. P., Avanci, J.Q. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre, Artmed 2006, 144.
- Bazon, M. R., Komatsu, A. V., Panosso, I. R., & Estevão, R. (2011). *Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental*. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 5, 59-87.
- Benbasat, I., Goldstein, D.K., Mead, M. (1987). *The Case Research Strategy in Studies of Information Systems*. MIS Quarterly 11(3), pp.369-385.
- Brazão, C., Cunha, M., Mesquita, P. (2009). *Intervenção tutelar educativa e abordagem multissistémica. Contributos da prática*. Ousar integrar - revista de reinserção social e prova, 3, pp. 97-106.
- Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa, Climepsi Editores.
- Becker, Howard S. (2008) [1963]. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Braga, T.; Gonçalves, R.A. (2013). *Delinquência juvenil: Da caracterização à intervenção*. Universidades Lusíada: Lisboa. DOI: <https://doi.org/10.34628/hg42-r604>
- Bolsoni-Silva, A. e Prette, A. (2003). *Problemas de comportamento: um panorama da área*. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, vol V, nº2, 91-103.
- Cardoso, J., Vilar, D., Casquilho-Martins, I. (2020). *Desafios ao Serviço Social no contexto da COVID-19*. Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social – CLISSIS.

- Carmo, H. (2021). *O serviço social e a pandemia: reflexões prospetivas*. Revista Temas Sociais, n. °1, 2021, pp.7-30.
- Casaca, F. (2009). *A Influência da Família, do Grupo de Pares e da Escola nos Comportamentos Desviantes*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Dissertação de Mestrado). URI: <http://hdl.handle.net/10400.12/4450>.
- Catchpole, R., Gretton, H. (2003). *The Predictive validity of risk assessment with violent young offenders: A 1-year examination of criminal outcome*. Criminal Justice and Behavior, 30( 6), 688–708. DOI: [doi:10.1177/0093854803256455](https://doi.org/10.1177/0093854803256455).
- Caridade, S. M., Martins, A. C., & Nunes, L. (2019). *Estilo de vida dos adolescentes e jovens adultos e comportamentos desviantes e delinquentes: das vivências familiares, escolares e individuais*. Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social, 5(1), 40-60.
- Carrilho, L. (2000). *Influências Familiares no Desenvolvimento de Trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto (Tese de doutoramento).
- Carvalho, M. J. L. (2005). *Jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Sociologia, Problemas e Práticas. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, N. °49, Setembro, 2005. ISCTE-IUL.
- Carvalho, M. I.; Pinto, C. (2015). *Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal*. Challenges faced by Social Work in Portugal nowadays. Serv. Soc. Soc. (121). DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.014>.
- Carvalho, M. (2015). *Putos assaltantes: Práticas sociais e delinquência na primeira pessoa*. In V. Duarte, M. S. Santos, O. Cruz, & H. Grangeia (Eds.), *Delinquência Juvenil: Explicações e Implicações* (pp. 45-71). Castelo da Maia: Edições ISMAI.
- Chazal, J. (1981). *Delinquência juvenil*. Lisboa, Edições Itau.
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologias Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Debarbieux, E. e Blaya, C. (2002). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília, Unesco.
- Digneffe, F. (1995). *Problèmes sociaux et représentations du crime et du criminel*. De Howard (1777) a Engels (1845)., in Debuyst, Christian; Digneffe Françoise, JeanMichel Labadie e Álvaro P. Pires (orgs.), *Histoire des Savoirs sur le Crime & la Peine*, vol. 1, Bruxelles, De Boeck-Wesmael s.a., pp.137-212.

- Duarte, V. (2012). *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*, Famalicão, Editora Húmus. DOI : [10.4000/configuracoes.1148](https://doi.org/10.4000/configuracoes.1148).
- Duarte, V.; Fonseca, A.D. (2015). *Delinquência juvenil : explicações e implicações*. Centro de Publicações do Instituto Universitário da Maia, D.L.
- Farrington, D. P., Gundry, G., & West, D. J. (1975). *The familial transmission of criminality*. *Medicine, Science and the Law*, <https://doi.org/10.1177/002580247501500306>
- Farrington, D. P. (1987). *Implications of biological findings for criminological research. The Causes of Crime*. DOI: <https://doi.org/10.1017/cbo9780511753282.005>
- Farrington, D. (2002). *Factores de risco para a violência juvenil*. In E. Debarbieux & C. Blaya (Orgs.). *Violência nas Escolas e Políticas Públicas*. Brasília: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>.
- Farrington, D. (2003). *Key results from the first forty years of the Cambridge study in delinquent development*. In T. Thornberry & M. Krohn (Eds.), *Taking stock of delinquency: An overview of findings from contemporary longitudinal studies* (pp. 137-183). New York: Kluwer/Plenum.
- Farrington, D. (2006). *Developmental criminology and risk-focused prevention*. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (pp. 657–701). Oxford University Press.
- Farrington, D., Ttofi, M. M, Piquero, A. R. (2015). *Risk, Promotive, and Protective Factors in Youth Offending: Results from the Cambridge Study in Delinquent Development*. *Journal of Criminal Justice*.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. (2004). *O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias*. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(1), 157-166. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2004000100017>.
- Ferreira, P. (1997). *Delinquência Juvenil, família e escola*. *Análise Social*, vol. XXXVII (143/4.º-5.º), pp. 913-924.
- Ferreira, P. M. (1999). *Desvio e juventude. Causas sociais da delinquência juvenil*. ISCTE: Lisboa (Dissertação de Doutoramento em Sociologia). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas.
- Ferreira, J. (2014). *Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais*. *Trabajo Social Global*, 27 (2), 329-341.

- Gallo, A. e Williams, L. (2005). *Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional*. *Psicologia: Teoria e Prática* – 2005, 7 (1): 81-95.
- Gallo & Williams, (2008). *A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes*. *Cadernos de pesquisa*, 38(133), 41-59.
- Gallant, J. P., Thyer, B. A. (2017). *Usefulness of General Systems Theory in Social Work Practice*. In *Human Behavior Theory and Social Work Practice*, 250-258.
- Gil, A. C. (2009). *Estudo de Caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir relatório*. São Paulo: Atlas, 2009.
- Glueck, S., & Glueck, E. (1950). *Unravelling Juvenile delinquency*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Granja, B. P., Queiroz, M. C. (2011). *Problemas e desafios da investigação em Serviço Social*. Lusíada. *Intervenção Social*, Lisboa, n.º 38.
- Grych, J. H.; Fincham, F. D. *Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework*. *Psychological Bulletin*, v. 108, n. 2, p. 267-290, 1990.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Quarteto: Coimbra.
- Gomes, H. (2013). *A desviância juvenil em família: o autocontrolo como mediador da relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante dos adolescentes*. Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida: Lisboa (Tese de Mestrado).
- Gomes, R., (2013). *Diminuindo a Delinquência Juvenil- um programa de intervenção*. Universidade Fernando Pessoa: Porto (Tese de Mestrado).
- Harrati, S. Vavassori, D., & Villerbu, L. M. (2006). *Délinquance et violence*. Paris: Armand Colin.
- Hawkins, D., Neis, G. (1980). *The Social Development Model: An Integrated Approach to Delinquency Prevention*. Center for Law and Justice. University of Washington, JD-45 Seattle, Washington.
- Hawkins, J., Lishner, D. (1987). *Schooling and delinquency*, in Elmer H. Johnson (eds), *Handbook on Crime and Delinquency Prevention*, New York, Greenwood Press, pp. 179-222.
- Hawkins, D., Jenson, J., Catalano, R., Fraser, M., Botvin, G., Shapiro, V., Bender, K., Brown, H., Beardslee, W., Brent, D., Leslie, L., Rotheram-Borus, M. J., Shih, A., Anthony, E., Haggerty, K., Gorman-Smith, D., Casey, E., Stone, S. (2015).



- Unleashing the Power of Prevention*. Grand Challenges for Social Work Initiative, 10.
- Hawkins, D., Weis, G. (2017). *The social development model: An integrated approach to delinquency prevention*. In *Developmental and life-course criminological theories*, 3-27.
- Henggeler, W. (1996). *Eliminating (almost) treatment dropout of substance abusing or dependent delinquents through home-based multisystemic therapy*. *American Journal of Psychiatry*, 153, 427-428.
- Ferreira, J. (2014). *Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais*. *Trabajo Social Global*, 27 (2), 329-341.
- James, S. C. (1986). *Social Theory, Social Research, and a Theory of Action*. *AJS Volume 91 Number 6 (May 1986): 1309-35*.
- Jouriles, E. N.; McDonald, R.; Spiller, L.; Norwood, W. D; Swank, P. R.; Stephens, N.; Ware, H.; Buzy, W. M. (2001). *Reducing conduct problems among children of battered women*. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 69, n. 5, p. 774-785.
- Lab, S. (2013). *Crime Prevention: Approaches, Practices, and Evaluations*. Anderson Publishing: EUA.
- Labella, M. H., & Masten, A. S. (2018). *Family influences on the development of aggression and violence*. *Current Opinion in Psychology*, 19, 11–16. DOI: [doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.028](https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2017.03.028).
- Lemos, T. (2010). *Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinvente*. *Análise Psicológica*, 1, 117–132.
- Loeber, R., Farrington, D.P., Petechuk, D. (2003). *Child Delinquency: Intervention and Prevention*. OJJDP Juvenile Justice Bulletin may. Washington DC: U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Marconi, M.A., Lakatos, E. M. (2017) *Fundamentos de metodologia científica - 5. ed.* São Paulo: Atlas 2003. ISBN 85-224-3397-6.
- Matza, D. (1992). *Delinquency and Drift*. Transaction Publishers, U.S.A and U.K.
- Martins, J. (2005). *O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados*. *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 18, número 001. Universidade do Minho, Braga, Portugal, pp.93-115.

- Manzini, E. J. (1991). *A entrevista na pesquisa social*. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158.
- Mednick, S. A., & Christiansen, K. O. (1977). *Biosocial bases of criminal behavior*. Gardner Press.
- McCord, J. (1979). *Some child-rearing antecedents of criminal behavior in adult men*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(9), 1477–1486. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.37.9.1477>.
- Moffitt, T. E., & Silva, P. A. (1988). Self-reported delinquency, neuropsychological deficit, and history of attention deficit disorder. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 16(5), 553–569. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00914266>.
- Moffitt, T. E. (1994). Natural histories of delinquency. *Cross-National Longitudinal Research on Human Development and Criminal Behavior*, 3-61. DOI: [https://doi.org/10.1007/978-94-011-0864-5\\_1](https://doi.org/10.1007/978-94-011-0864-5_1).
- Murray, J.; Farrington, DP (2010). *Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings from Longitudinal Studies*. DOI: <https://doi.org/10.1177/070674371005501003>.
- Mulvey, E. P., Arthur, M. W., Reppucci, N. D. (1993). *The prevention and treatment of juvenile delinquency: A review of the research*. *Clinical Psychology Review*, 13, 133-167.
- Nardi, F. e Dell’Aglío, D. (2010). *Delinquência juvenil: uma revisão teórica*. *Ata Colombiana de Psicologia*, 13, 69-77.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Nobre, L. M. (2008). *Relações entre a psicologia e o direito: Análise de processos de adolescentes institucionalizadas vítimas de maus-tratos*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada: Lisboa (Tese de Mestrado).
- Osborn, S. G., & West, D. J. (1979). *Conviction records of fathers and sons compared*. *The British Journal of Criminology*, 19(2), 120-133. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a046977>.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Pais, M. (2012). *Delinquência juvenil: as consequências da ausência de vínculos familiares na adoção de comportamentos desviantes*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais: Porto (Tese de Mestrado).
- Pakes, F. e Winstone, J. (2007). *Psychology and crime understanding and tackling offending behaviour*. Willan Publishing.

- Pena, M.J. (2012). *Relação Profissional: Utopia ou Realidade?* ISCTE-IUL. Tese de Doutoramento. URI: <http://hdl.handle.net/10071/6348>.
- Petrosino, A., Turpin-Petrosino, C., Hollis-Peel, M. E., & Lavenberg, J. G. (2013). *Scared Straight' and other juvenile awareness programs for preventing juvenile delinquency*. Cochrane Database of Systematic Reviews. DOI: 10.1002/14651858.CD002796.pub2.
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e risco: Suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil*. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. URI: <http://hdl.handle.net/10400.12/824>.
- Lopes, F., L. O. (2015). *A relação no Serviço Social: Perspetivas sobre a sua pertinência e expressão na Prática*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Rocha, M. S. R. (2011). *Delinquência: A Importância da Intervenção Precoce em alunos com comportamentos desajustado*. Universidade Católica Portuguesa de Braga. Tese de Mestrado. URI: <http://hdl.handle.net/10400.14/9222>.
- Satterfield, J. H. (1987). *Childhood diagnostic and neurophysiological predictors of teenage arrest rates: An eight-year prospective study*. *The Causes of Crime*, 146-167. DOI: <https://doi.org/10.1017/cbo9780511753282.011>.
- Siddle, D. A. T. (1997). *Electrodermal activity and psychopathy*. In S.A. Mednick & K. O. Christiansen (Eds.), *Biosocial Bases of Criminal Behavior*, 199-211. New York: Gardner.
- Silva, N., Silvério, Ferreira (2008). *Incidentes críticos na sala de aula*. Quarteto: Coimbra.
- Singh, P. S. J., Azman, A. (2020). *Dealing with Juvenile Delinquency: Integrated Social Work Approach*. *Asian Social Work Journal (ASWJ)*. Volume 5, Issue 2, July 2020.
- Shoemaker, Donal J. (1990). *Theories of Delinquency: An Examination of Explanations of Delinquent Behavior*. Oxford University Press, New Work.
- Stepney, P.; Evans, D. (2000). *Social Work Models, Methods and Theories*. Dorset, Russell House.
- Sousa Santos, B. (2004). *Os caminhos difíceis da "nova" justiça tutelar educativa - uma avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

- Sousa Santos, B., Portugal, Fernando, P., Portugal, S. (2010). *Entre a lei e a prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Trillo, V. (2011). *Grupo de Amigos, Género y Delincuencia Juvenil*. Facultad de Psicología. (Tese de Doutoramento). Departamento de Psicología Social, Básica y Metodología: (Universidad de Santiago de Compostela. URI: <http://hdl.handle.net/10347/3660>).
- Velez, M. F. P. (2010). *Indisciplina e Violência na Escola: factores de risco – um estudo com alunos do 8º e 10º anos de escolaridade*. Universidade de Lisboa (Tese de Mestrado). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Wadsworth, M. E. (1976). *Delinquency, pulse rates and early emotional deprivation*. The British Journal of Criminology, 16(3), 245-256. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a046738>.
- Wall, F. (2011). *The Age of Empathy*. London: Souvenir Press.
- Wasserman, G., Keenan, K., Tremblay, R. E. Coie, Herrenkohl, T. I, Loeber, R., Petechuk, D. (2003). *Risk and protective factors of child delinquency, Child delinquency*. U.S. Department of Justice, Office of juvenile justice and delinquency prevention.
- Webster-Stratton, C., & Hammond, M. (1997). *Treating children with early-onset conduct problems: a comparison of child and Parent Training Intervention*. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65(1), 93-109.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2012). *Crime Prevention and Public Policy*. In B. C. Welsh & D. P. Farrington (Eds.), *The Oxford Handbook of Crime Prevention* (pp. 3-19). New York: Oxford University Press.
- Winnicott, D.W. (1984). *Deprivation and Delinquency*. London: Tavistock Publications.
- Wolfe, S. (2019). *Practice competencies*. In L. Jason; O. Glantsman; J. F. O'Brien y K. Ramian (Eds.), *Introduction to community psychology: becoming an agent of change*.
- Yin, Robert K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.
- Vergara, S. C. (1997). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

## A Delinquência Juvenil: A Prevenção e a Intervenção na Comunidade

Zappe, J. G. (2010) *Adolescência, ato infracional e processos de identificação: um estudo de caso com adolescentes privados de liberdade*. Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul (Tese de Mestrado).

Zappe, J. G., Dias, A. C. G. (2010). *Delinquência juvenil na produção científica nacional: distâncias entre achados científicos e intervenções concretas*. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM – Brasil.

### **Legislação e outra regulação**

Lei nº166/99 de 14 de Setembro. Lei Tutelar Educativa (LTE).

Lei nº 147/99 de 1 de Setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Lei nº 401/82, de 23 de Setembro. Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes

Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade) (1990).

## **ANEXOS**

**Anexo A**– Consentimentos informados – Assistentes Sociais e Jovens



## CONSENTIMENTO INFORMADO

### Investigação no âmbito do Mestrado em Serviço Social

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**. O estudo tem por objetivo analisar o contributo do Serviço Social na prevenção e intervenção na delinquência juvenil no trabalho comunitário.

O estudo é realizado por Débora Carvalho (email) que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em responder a perguntas colocadas pela investigadora, com uma duração de 30 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Este consentimento foi realizado de acordo com o recomendado pela **Comissão de Ética** na Investigação do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, e a investigação tem por base as **questões éticas**.

**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** nele participar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data)

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**iscte**

SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

## CONSENTIMENTO INFORMADO

### Investigação no âmbito do Mestrado em Serviço Social

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**. O estudo tem por objetivo analisar o contributo do Serviço Social na prevenção e intervenções na delinquência juvenil no trabalho comunitário.

O estudo é realizado por Débora Carvalho (email) que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste em responder a perguntas colocadas pela investigadora, com uma duração de 30 minutos. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

A participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação.

Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial**. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Este consentimento foi realizado de acordo com o recomendado pela **Comissão de Ética** na Investigação do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa e de acordo com o Artigo 7º - “*Participantes menores*”, da Lei n.º 21/2014, de 16 de Abril, e a investigação tem por base as **questões éticas**.



**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceito** nele participar.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Documento de Identificação n.º:** \_\_\_\_\_

**Data ou validade:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Representante Legal:** \_\_\_\_\_

**Grau Parentesco:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Anexo B** – Caracterização dos Assistentes Sociais entrevistados

<b>Caracterização dos Assistentes Sociais</b>							
	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Universidade</b>	<b>Ano em que se formou</b>	<b>Anos na Fundação</b>	<b>Anos de Intervenção Comunitária</b>	<b>Experiência noutras áreas</b>
<b>AS 1</b>	44	M	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	2004	16	16	Alcoologia, Saúde Mental, Toxicodependência e Crianças e Jovens em Risco
<b>AS 2</b>	39	M	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa	2007	12	11	Emprego e Saúde
<b>AS 3</b>	60	F	Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa	1985	26	37	Educação
<b>AS 4</b>	59	F	Universidade Católica de Salvador	1985	22	30	Saúde
<b>AS 5</b>	28	F	Instituto Politécnico de Beja	2016	4	4	Sede da Fundação e Crianças e Jovens em Risco
<b>AS 6</b>	30	F	Universidade Lusófona	2014	3	3	Crianças e Jovens em Risco

**Anexo C** – Guião de Entrevista: Assistentes Sociais

### **Guião de Entrevista – Assistentes Sociais**

O presente guião de entrevista foi elaborado em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para Dissertação de Mestrado em Serviço Social a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sob o tema: “Delinquência Juvenil: A Intervenção e a Prevenção na Comunidade”. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar o contributo do Serviço Social na prevenção e intervenções na delinquência juvenil no trabalho comunitário.

A entrevista decorrerá através da plataforma zoom, fazendo uso de gravação para fins da transcrição. **(escolher a opção)**

A entrevista decorrerá presencialmente, fazendo uso de gravação para fins da transcrição. **(escolher a opção)**

Gostaria ainda de referir que será garantida a confidencialidade e anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas.

Data de Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº de Entrevista: \_\_\_\_\_

#### **Parte I**

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Em que ano se formou: \_\_\_\_\_

Onde: \_\_\_\_\_

Anos na Ami: \_\_\_\_\_

Anos em Intervenção Comunitária: \_\_\_\_\_

E antes esteve noutra área: \_\_\_\_\_

Que diferenças nota entre as áreas? \_\_\_\_\_

#### **Parte II**

##### **Questões:**

1. Quais foram os principais desafios quando entrou na AMI?

2. E atualmente?
3. Qual é o contributo do SS na intervenção e prevenção?
4. Como funciona a relação nas equipas?
5. O que poderia ser diferente? Ou considera que não podia ser diferente?
6. Existe intervenção direta com jovens? Senão o que poderia ser feito com jovens para inserção e prevenção?
7. Quanto tempo demora uma intervenção até sentir que não é necessário mais acompanhamento? E com a família dos jovens?
8. Qual a taxa de sucesso após a intervenção? Fazem avaliação no pós intervenção? Tem notícias desses jovens/famílias?
9. O que pensa que falta para diminuir o comportamento desviante destes jovens e prevenir a delinquência?
10. A nível comunitário o que seria para si uma intervenção com sucesso?

**Anexo D** – Guião de Entrevista: Jovens

**Guião de Entrevista – Jovens do Bairro**

O presente guião de entrevista foi elaborado em virtude da realização de um trabalho de pesquisa para Dissertação de Mestrado em Serviço Social a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, sob o tema: “Delinquência Juvenil: A Intervenção e a Prevenção na Comunidade”. O trabalho de pesquisa em curso tem como objetivo geral analisar o contributo do Serviço Social na prevenção e intervenções na delinquência juvenil no trabalho comunitário.

A entrevista decorrerá presencialmente, fazendo uso de gravação para fins da transcrição.

Gostaria ainda de referir que será garantida a confidencialidade e anonimato relativamente a todas as informações que me forem confiadas.

Data de Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nº de Entrevista: \_\_\_\_

**Parte I**

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Onde vive: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

Estuda onde: \_\_\_\_\_

Em que ano está: \_\_\_\_\_

Ou se não estuda - Trabalha/atividade: \_\_\_\_\_

Hobbies: \_\_\_\_\_

**Parte II**

**Questões:**

1. Há quanto tempo é que frequentas as instalações da AMI / família (como vieste aqui parar)?
2. Gostas de viver no bairro?

3. O que gostarias de ter aqui no bairro?
4. Se pudesses mudar alguma coisa o que seria?
5. Sentes-te integrado no teu bairro?
6. Tens amigos, pertences a algum grupo?
7. Sentes-te vítima de bullying e/ou de discriminação no bairro ou na escola?
8. Quando olhas à tua volta e vêes as notícias e as coisas que se passam no mundo, o que pensas da sociedade?
9. Relativamente ao futuro, quais as tuas expectativas?
10. Que apoio achas que precisarias para o teu futuro?
11. O que estás disposto a fazer em prol do teu futuro?
12. Como é a tua relação com a AMI? (Técnico que acompanha, como acompanha, o que já mudou, se tem tido apoio, e a que nível)
13. Se fosses tu a intervir com um jovem/família da tua situação, o que farias?
14. Qual o teu sonho?

**Anexo E – Tabela de Categorias e Dimensões: Assistentes Sociais**

<b>Categorias</b>	<b>Dimensões</b>
<b>Intervenção nos Centros</b>	Desafios na intervenção
	Mudanças necessárias na intervenção
<b>Contributos do AS e do SS na intervenção comunitária</b>	A importância da relação teoria e prática
	Desafios do Serviço Social na atualidade
<b>Intervenção com jovens ao nível comunitário</b>	Intervenção direta com jovens
	Desafios na intervenção com jovens
<b>Fatores que levam à delinquência juvenil</b>	Fatores familiares
	Fatores escolares
	Fatores socioeconómicos
	Reincidência dos comportamentos na vida adulta
<b>Como prevenir a delinquência juvenil através da intervenção</b>	O AS na prevenção e na intervenção
	O que falta na prevenção e na intervenção
	Como prevenir e intervir com o sistema

**Anexo F**– Tabela de Categorias e Dimensões: Jovens

<b>Categorias</b>	<b>Dimensões</b>
<b>Acompanhamento nos Centros</b>	Tipo de acompanhamento
	Impacto da intervenção na sua vida e família
<b>Vivência no bairro</b>	Integração, Reconhecimento e Segurança
	Relação da Fundação com o bairro
<b>Como é a relação com os pares</b>	Amigos
	Vítima de bullying e/ou discriminação
<b>Perceção sobre a sociedade</b>	Justiça Social
	Papel das Instituições
<b>Visão sobre a delinquência juvenil</b>	Consequências dos comportamentos desviantes
	Apoio das instituições
<b>Prática de comportamentos considerados "delinquentes"</b>	Prática de comportamentos desviantes
	Consequências desses comportamentos
<b>Perspetivas do futuro</b>	Projeto de vida